

Relatório & Contas / 2016



Standard Bank Seguindo em Frente

RELATÓRIO E CONTAS 2016

RELATÓRIO DO PRESIDENTE E DO ADMINISTRADOR-DELEGADO

ANÁLISE GERAL

O compromisso firme e duradouro do Standard Bank, SA continua a ser oferecer aos nossos clientes serviços de qualidade superior e que sejam adequados aos fins a que se destinam, se baseiem num profundo conhecimento dos seus negócios e sejam assegurados por pessoas conhecedoras e totalmente dedicadas aos clientes.

Para alcançar este desejo, temos de colocar os nossos clientes no centro de tudo o que fazemos. Por conseguinte, fazemos parcerias com os nossos clientes para conseguir uma compreensão precisa dos seus negócios e do que valorizam e fornecemos-lhes soluções adequadas, quer em termos de produtos, quer de serviços, para que alcancem os seus objectivos. A forma como o fazemos é igualmente importante. Concentramo-nos portanto em fazer as alterações necessárias para servir os nossos clientes com rapidez, eficiência e eficácia, bem como de uma forma segura e que respeite a escolha de canal que façam.

O ano de 2016 colocou desafios às empresas e aos decisores para inovarem no seu pensamento e na sua abordagem aos serviços prestados a clientes. O Standard Bank utilizou as oportunidades permitidas pela conjuntura para acelerar a revisão dos nossos modelos operacionais internos e ficar mais próximo dos nossos clientes e servi-los melhor. Prosseguimos os nossos investimentos através dos vários ciclos, investimentos esses que irão manter a nossa organização numa boa posição para continuar a ser ainda mais relevante para os nossos clientes e proporcionar um valor superior a todas as partes interessadas.

Temos o prazer de anunciar que o banco alcançou um conjunto de bons resultados em 2016, mantendo-se simultaneamente fiel à nossa estratégia. A capacidade de resiliência demonstrada por estes resultados dá-nos confiança que a nossa ênfase nos clientes e o alinhamento dos nossos recursos humanos e processos para os servir melhor serão recompensados com o decurso do tempo. É inquestionável que o banco está hoje mais sólido e forte do que nunca, com um balanço líquido e forte que nos irá permitir servir ainda melhor os nossos clientes.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

2016 foi um ano cheio de desafios para Moçambique. A conjuntura económica desfavorável que já se tinha feito sentir em meados de 2015 piorou em 2016 com a inflação e as taxas de juro a subirem em flecha, o metical a perder terreno e escassez de moeda estrangeira. Este quadro criou uma conjuntura operacional bastante problemática durante todo o exercício.

Face à subida da inflação e às perdas na taxa de câmbio, a resposta política foi rápida e decisiva. Assistimos a um aumento impressionante da taxa de referência do Banco de Moçambique, de 9,75% no início do ano para 23,25% no fim do ano.

Uma procura fraca agregada, preços das matérias-primas mais baixos e uma das piores secas registadas nos últimos anos criaram pressão sobre a produção da economia. Choques internos como as dívidas às empresas estatais, anteriormente desconhecidas exacerbaram a situação. Estes factores contribuíram para um abrandamento da actividade económica, o que teve como consequência um declínio previsto do PIB de 6,6% em 2015 para 3,3% em 2016, em termos anuais. No entanto, as medidas restritivas aplicadas pelo Banco de Moçambique parecem ter ajudado a conter o declínio macroeconómico. No final do ano, o metical dava sinais de estar cada vez mais estável, com uma recuperação significativa de um pico de MZN78,51/USD no princípio do ano para MZN71,35/USD no final do ano.

Em termos de perspectivas para o futuro, a decisão final de investimento da ENI para a fase 1 do seu projecto Coral Sul é um passo na boa direcção. Não obstante, trata-se de uma operação offshore, pelo que o seu impacto na economia local fica bastante reduzido, pelo menos no curto prazo.

Outros investidores continuam à espera, na expectativa de que o programa do FMI, que foi suspenso em 2016, volte rapidamente a ficar activo. Além disso, as negociações em curso entre o governo e o principal partido da oposição estão a ser observadas de perto para avaliar se irão levar a uma paz sustentável.

ÊNFASE ESTRATÉGICO

A nossa estratégia é de constantemente nos posicionar como uma organização virada para o cliente. Consequentemente, continuamos a envidar os nossos melhores esforços para construir uma cultura que se foque nos nossos clientes como o cerne de tudo o que fazemos.

Os desafios económicos deste ano criaram um risco conjuntural mais elevado para todas as empresas em Moçambique e esta situação exigiu de nós uma vigilância acrescida e parcerias mais estreitas com os nossos clientes para minimizar o impacto negativo para os nossos clientes e para o nosso negócio.

O sucesso dos nossos clientes e a confiança e apoio de todas as partes interessadas são as fundações da nossa sustentabilidade comercial. Esta interdependência obriga-nos a manter a nossa atenção para as suas necessidades e expectativas em constante evolução e sermos capazes de demonstrar que conseguimos aliar a rentabilidade a um propósito maior. Esta ética fortalece a nossa determinação de conciliar a procura do lucro em mercados competitivos com o nosso papel de catalisador do desenvolvimento económico e resultados socialmente positivos para todas as partes interessadas. Isto levou-nos a acelerar a nossa reflexão e realinhamento internos para servir os nossos clientes cada vez com maior eficiência e capacidade de resposta. Também nos estimulou a aumentarmos o nosso impacto nas comunidades de que fazemos parte através do nosso apoio a várias causas sociais, com particular relevo para a Campanha de Cidadania. Através desta campanha, o banco patrocinou cerca de 10.000 (dez mil) cidadãos moçambicanos na obtenção vários documentos de cidadania, desde certidões de nascimento a bilhetes de identidade. Esta iniciativa apoiou no processo de formalização destas pessoas.

Internamente, 2016 foi o Ano da Banca Universal. O nosso slogan, “Um Cliente. Um Banco. Uma Equipa” vai muito para além das palavras. Define a força motriz subjacente às nossas actividades, uma vez que procuramos dar resposta à gama completa de necessidades financeiras de particulares, pequenas e médias empresas (PMEs), grandes empresas e sector público em Moçambique. É do nosso interesse que o crescimento de Moçambique seja forte e inclusivo. O nosso sucesso no longo prazo depende desse crescimento.

Este ano, continuámos a investir fortemente na compreensão da nossa estratégia por parte dos nossos recursos humanos, equipando-os com novas competências e ferramentas. Isto permitiu-lhes compreender as necessidades dos nossos clientes e proporcionar-lhes uma experiência excepcional. Estamos ainda empenhados no seu bem-estar e no desenvolvimento das suas carreiras daí o nosso investimento nessa área. Ao mesmo tempo que mantemos uma cultura de alto desempenho, continuamos a esforçar-nos em aplicar boas práticas quanto à forma como os nossos recursos humanos são contratados, motivados e mantidos no banco.

Esperamos o melhor desempenho de todos os nossos recursos humanos e asseguramos que o mesmo seja reconhecido e recompensado. Procuramos ser a melhor empresa para se trabalhar em Moçambique, dado que este é o nosso maior factor de diferenciação no mercado. Durante o ano, expressámos o nosso reconhecimento a sessenta e dois colaboradores, pelo seu longo tempo de serviço e dedicação ao banco.

O nosso historial em Moçambique faz com que continuemos a ganhar respeito localmente e reconhecimento ao nível internacional. Durante o ano, recebemos três prémios internacionais, Melhor Banco de Subcustódia em Moçambique pelo segundo ano consecutivo, atribuído pela Global Finance Magazine; Melhor Banco de Investimento em Moçambique pelo terceiro ano consecutivo, atribuído pela EMEA Finance Magazine; e Melhor Banco de Tesouraria e Operações Comerciais em Moçambique, atribuído pela International Finance Magazine. Estes prémios evidenciam a nossa dedicação à prestação de um serviço de excelência aos nossos clientes e o nosso sucesso em alcançá-lo.

RESULTADOS

Apesar da conjuntura operacional desafiante em 2016, os nossos resultados mostram a capacidade de resiliência do banco, potenciada pela sua estratégia bem sucedida de alinhar melhor os seus produtos e serviços com as necessidades dos seus clientes. As nossas soluções inovadoras para as necessidades dos clientes continuaram a impulsionar o crescimento da nossa base de clientes, em complemento da diversificação das nossas fontes de receitas. Em consequência, o resultado do exercício subiu 18%, de MZN2.357 milhões em 2015 para MZN2.781 milhões em 2016.

A flexibilidade e conveniência que proporcionamos aos nossos clientes está no centro dos nossos esforços para mantermos uma organização centrada nos clientes. Estes resultados reflectem essa estratégia. Iremos por conseguinte continuar a investir de forma ponderada em inovações que nos aproximem dos nossos clientes e nos ajudem a oferecer-lhes os nossos serviços de uma forma eficiente e eficaz, quer presencialmente quer online.

Apesar de uma actividade económica pouco expressiva durante o exercício, os nossos proveitos de comissões cresceram ligeiramente. Por outro lado, a nossa margem financeira registou um forte crescimento, impulsionado pela qualidade da carteira de activos, bem como pelo aumento das taxas de juro.

Embora a conjuntura macroeconómica não fosse favorável à concessão de crédito, continuámos a apoiar os nossos clientes através de financiamentos selectivos. Em consequência, a nossa carteira de crédito continuou a ser de alta qualidade. As imparidades significativas registadas durante o exercício reflectem o rigor da situação económica e as medidas prudentes que tomámos para responder às alterações comportamentais dos clientes. Não obstante, todos os nossos indicadores de desempenho mantêm-se em níveis aceitáveis.

Os nossos custos operacionais foram consentâneos com o nosso objectivo declarado de aumentar a nossa capacidade operacional para responder às necessidades evolutivas dos nossos clientes. Apesar de ter crescido 26%, o nosso rácio custos/proveitos caiu de 49,3% em 2015 para 44,4% em 2016, reflectindo um crescimento mais rápido das nossas receitas do que o dos nossos custos. De acordo com as nossas expectativas, a rentibilidade dos fundos próprios (RFP) caiu ligeiramente, de 26,1% em 2015 para 24,3% em 2016, derivado parcialmente da retenção de 75% dos resultados de 2015.

GESTÃO DO CAPITAL

O plano de gestão do capital do banco foi concebida para assegurar que os requisitos regulamentares sejam cumpridos a todo o tempo e que o banco esteja capitalizado em linha com a sua apetência pelo risco e objectivos em termos de rácios, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Os rácios de solvabilidade do fecho do ano de 16.95% (2015: 15.31%), estão significativamente acima do mínimo regulamentar de 8%, exigido pelo Banco de Moçambique.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Acreditamos que uma boa governação corporativa pode contribuir para criar valor através de uma maior responsabilização, uma gestão de riscos mais eficaz, uma clara gestão de desempenho, uma maior transparência e uma liderança eficaz. Em última análise, trata-se de um processo decisório holístico que toma em conta os resultados tanto no longo como no curto prazo.

Mantivemos uma interacção construtiva com as autoridades reguladoras e outras partes interessadas na aplicação da legislação e das medidas de controlo das autoridades reguladoras. O nosso envolvimento externo com as autoridades reguladoras é acompanhado por uma ênfase interna em promover uma cultura de cumprimento das normas dentro do banco.

Sabemos que o desenvolvimento de uma cultura de cumprimento das normas é uma consequência natural da mudança cultural mais alargada

a que estamos a proceder para sustentar as nossas ambições estratégicas. As nossas unidades de negócio e funções de apoio têm equipas de liderança dinâmicas e empenhadas, que endossam os valores do banco, se concentram em “fazer o negócio certo da forma certa” e se responsabilizam pelas decisões que reflectem os nossos princípios de negócio.

AGRADECIMENTOS

A nossa legitimidade como banco deriva da escolha por parte dos nossos clientes que depositam a sua confiança em nós. Nós devemos a si o nosso constante progresso e estamos humildemente gratos por ser prestativos para si. Obrigado!

A cuidadosa e eficaz gestão de condições extremamente desafiantes no nosso mercado evidencia a força e a capacidade de resiliência dos nossos recursos humanos, a quem queremos agradecer os resultados alcançados no último exercício. Reconhecemos o seu trabalho árduo, determinação e sentido dos objectivos na construção do banco comercial verdadeiramente preferencial em Moçambique. Também agradecemos à liderança executiva o seu espírito inabalável e empenho na execução da nossa estratégia e construção de capacidade de resiliência a forças económicas e concorrenciais difíceis.

Os nossos colegas da administração deram-nos orientações cruciais em 2016 e queremos agradecer-lhes os seus sábios conselhos e orientações durante um ano tão desafiante.

Por fim, não seria possível alcançar o que alcançamos neste ano sem o inabalável suporte dos nossos accionistas, bem como pelo ambiente favorável criado pelas partes interessadas. Estamos gratos.

ANÁLISE FINANCEIRA

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apesar das dificuldades económicas enfrentadas em 2016, o banco alcançou novamente um notável conjunto de resultados, demonstrando assim a nossa força e capacidade de resiliência.

O nosso resultado do exercício subiu de MZN2.357 milhões em 2015 para MZN2.781 milhões em 2016. O nosso compromisso e confiança neste mercado continuam a incentivar-nos a efectuar investimentos significativos e ponderados na nossa actividade e os resultados alcançados este ano continuam a demonstrar que a nossa estratégia está a dar frutos. A ligeira queda na nossa rentibilidade dos fundos próprios (RFP), de 26,1% em 2015 para 24,3% em 2016, reflecte a nossa política de dividendos conservadora, que se destina a reinvestir na empresa e no nosso futuro.

Esta análise contém:

Análise da conjuntura operacional

Principais factores que afectaram o desempenho em 2016

Análise do desempenho financeiro e da posição financeira do banco

Análise do capital

O quadro seguinte mostra os principais indicadores financeiros (PII) para 2016.

	Dez-16	% variação	Dez-15
Resultados por acção (MZN)	10,7	18%	9,1
Valor líquido do activo por acção (MZN)	48,6	24%	39,1
Rendibilidade dos fundos próprios (RFP) (%)	24,3%	-2%	26,1%
Rendibilidade do activo (ROA) (%)	3,8%	0%	4,1%
Rácio de solvabilidade (%)	16,95%	1,63%	15,32%
Rácio de perdas de crédito (%)	3,7%	2%	1,2%
Rácio custos/proveitos (%)	44,4%	-2%	46,8%
Margem financeira	6,6%	2%	4,3%
Proveitos por colaborador (MZN'000)	8.184	29%	6.329
Taxa de transformação	50,0%	-4%	53,9%
ATMs	161	21%	133
Número de colaboradores	1.187	3%	1.153

CONJUNTURA OPERACIONAL

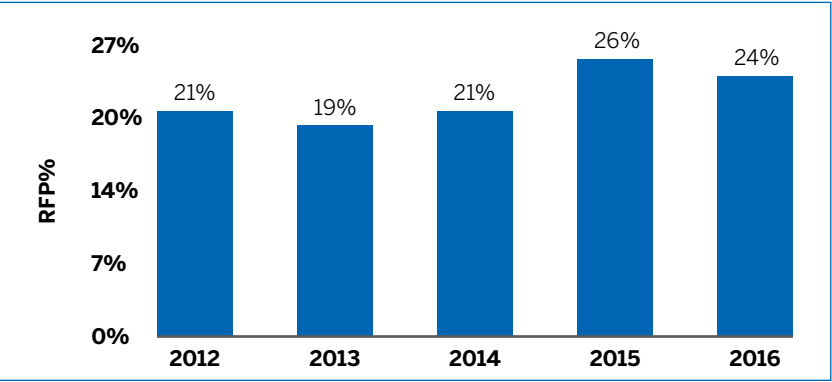
Em 2016, a economia doméstica caracterizou-se por choques internos, com especial notoriedade a descoberta de dívidas com garantia soberana anteriormente desconhecidas no valor de USD1,4 mil milhões, o que conduziu a posição da dívida soberana a níveis insustentáveis. A suspensão dos programas pelo FMI e pelos doadores, acompanhada pela redução do rating de crédito pelas agências internacionais, minou a confiança na economia local, levando a uma quebra ainda maior do investimento directo estrangeiro (IDE). Além disso, a continuação da depreciação do metical rapidamente alimentou a inflação importada, uma situação que foi exacerbada por uma escassez aguda de moeda estrangeira dada a contínua falta de dinamismo das exportações. Estes factores, combinados com choques não macroeconómicos, como a seca que afectou uma grande parte da África austral, criaram uma conjuntura operacional muito difícil.

Tendo em conta estas desafiantes circunstâncias, as autoridades continuaram a manter uma política monetária restritiva durante todo o ano de 2016. O Banco de Moçambique subiu a sua principal taxa de referência cinco vezes durante o ano, num total de 1.350 pontos base. Também aumentou as reservas obrigatórias de caixa em moeda local 500 pontos base, para um valor de 15,5%, e introduziu reservas obrigatórias para depósitos em moeda estrangeira, num valor que também se situava em 15,5% no fim do ano.

Estas intervenções tiveram algum sucesso, com o metical a conseguir parar a sua depreciação de um pico de MZN78,51/USD em 2016 e MZN5,69/ZAR em Setembro, para MZN71,35/USD e MZN5,22/ZAR no fecho do ano. No entanto, esteve bastante mais fraco, comparado com MZN44,95/USD e MZN2,88/ZAR há um ano atrás.



RFP - RENDIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS



Apesar de todos os desafios, os nossos resultados demonstram a capacidade de resiliência do banco. A rentabilidade dos fundos próprios (RFP) manteve-se em níveis saudáveis, num valor de 24,3%, apesar do nosso significativo reinvestimento de lucros para potenciar o futuro do banco.

PRINCIPAIS FACTORES QUE AFECTARAM O DESEMPENHO EM 2016
Os seguintes factores tiveram uma importância preponderante nos nossos resultados de 2016.

PROGRESSOS ALCANÇADOS EM TERMOS DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS
Da informatização ao investimento nos nossos recursos humanos, continuamos a focar-nos em alcançar os nossos objectivos estratégicos de médio prazo de diversificar os nossos fluxos de receitas, conter os nossos custos e investir nos nossos processos de crédito para manter a qualidade da carteira de crédito do banco.

O nosso investimento em novas tecnologias veio trazer novas eficiências e permitiu ao banco expandir-se para novos segmentos de mercado, o que levou ao crescimento da nossa base de clientes. Esta abordagem foi instrumental para manter a nossa competitividade no mercado e também para alcançar um forte desempenho em todos os nossos principais indicadores.

MANTER A QUALIDADE DO NOSSO CRÉDITO CONCEDIDO
A deterioração das condições macroeconómicas em 2016 não foi favorável ao crescimento. Por conseguinte, focámo-nos em conceder crédito exclusivamente numa base selectiva e em assegurar uma gestão activa e dinâmica do crédito com incidentes. De acordo com as nossas políticas, assegurámos um acompanhamento eficaz e atempado do crédito com incidentes e provisionámos adequadamente o crédito com imparidades.

A nossa dotação para imparidade aumentou em termos anuais, reflectindo assim as difíceis condições económicas que se verificaram e afectaram os nossos clientes. O banco aumentou a sua capacidade de absorção de perdas através de um aumento das provisões para riscos gerais de crédito, que subiu MZN787 milhões. O aumento de MZN175 milhões nas provisões específicas líquidas esteve em linha com as expectativas.

TAXAS DE JURO DOMÉSTICAS EM ALTA
Com os preços da carteira de activos a refixarem-se mais rapidamente do que os da carteira de passivos, o banco beneficiou do impacto do desfasamento positivo na sua demonstração de resultados. A carteira de activos continua a ser mais sensível a alterações da taxa de juro do que a carteira de passivos.

OUTROS PROVEITOS
A política monetária restritiva durante a maior parte de 2016 teve como consequência restrições de liquidez no sistema bancário. Esta situação levou a uma oferta limitada e uma procura modesta de moeda estrangeira, com a resultante redução da nossa rubrica de outros proveitos. No entanto, a queda nas nossas receitas de operações em moeda estrangeira foi compensada por fluxos de receitas dos nossos canais digitais e outras estratégias de diversificação.

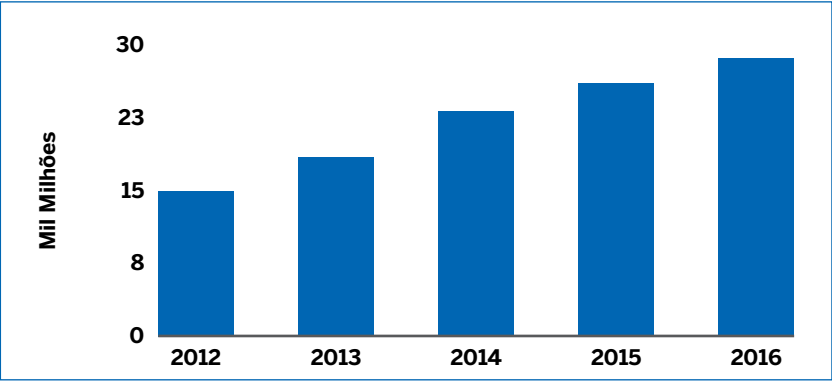
	Dez-16	Dez-15
Crescimento do total de activos bancários	19,0%	35,4%
Crescimento dos activos remunerados	14,2%	35,8%
Crescimento do crédito a clientes	12,4%	17,3%
Crescimento dos depósitos	23,5%	29,7%
Taxa de transformação	50,0%	53,9%
Activos remunerados/total do activo	81,1%	84,8%

Tendo em conta os desafios da conjuntura macroeconómica, a nossa ênfase em 2016 foi em manter a qualidade da nossa carteira de crédito através de uma concessão de crédito selectiva e fortes práticas de gestão de riscos, em linha com o nosso objectivo de fazer crescer a carteira de uma forma responsável, com vista a assegurar receitas garantidas. Mesmo assim, um crescimento de 13.5% do nosso crédito bruto é notável.

O total de crédito mal-parado (CMP) situou-se em MZN2.460 milhões no fecho do exercício. Esta situação deve-se a uma facilidade reestruturada recentemente e que ascende a quase MZN2.000 milhões e que beneficia de uma garantia integral, mas que foi mantida em CMP durante um prazo de seis meses depois da reestruturação, em linha com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. As provisões específicas para risco de crédito líquidas subiram de MZN140 milhões para MZN335 milhões durante o ano, reflectindo assim a difícil conjuntura económica que afectou o comportamento dos clientes. O nosso rácio global de perdas de crédito de 3,75% é consentâneo com os valores de referência do sector.

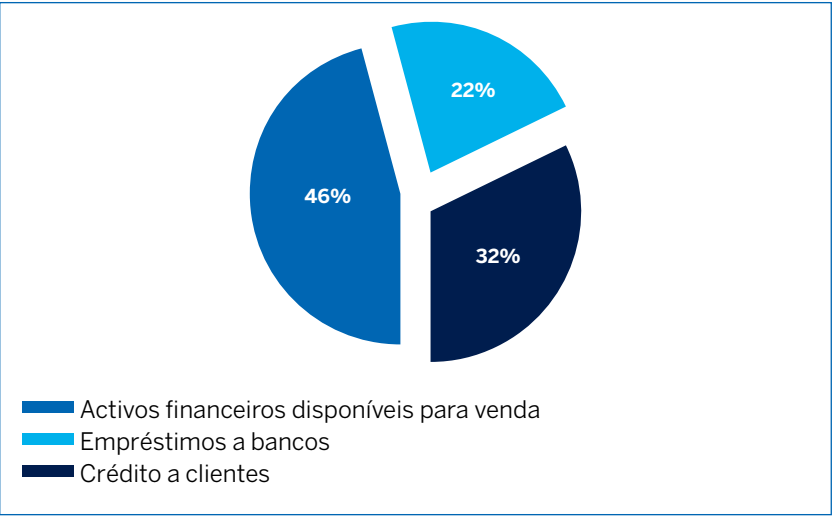
A redução da taxa de transformação de 53,9% em 2015 para 50% em 2016 reflecte o forte crescimento da nossa carteira de depósitos, especialmente contas correntes. Esta situação resultou de uma estratégia deliberada posta em prática para atrair depósitos à ordem e fortalecer a nossa posição de liquidez.

CRÉDITO A CLIENTES



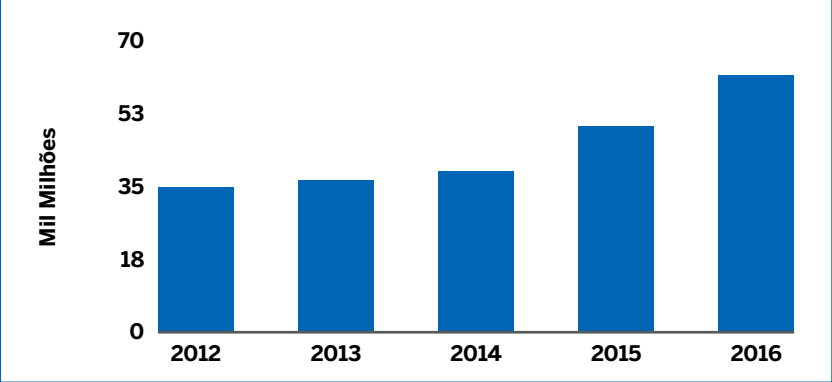
Relativamente à carteira de crédito, embora se tivesse registado crescimento em todos os nossos produtos e segmentos de crédito, este crescimento foi mais pronunciado no segmento de empresas e no crédito a curto prazo em moeda local.

O total do activo cresceu 19% para MZN79.696 milhões (2015: 35,4%) potenciado por um aumento dos depósitos de clientes. Os activos remunerados em proporção do total do activo caíram de 84,8% em 2015 para 81,1% em 2016 devido a um aumento dos depósitos colocados junto do Banco de Moçambique para cumprir as obrigações em termos de reservas de caixa. No final do ano, as reservas obrigatórias atingiam os 15,5%, comparado com 10,5% em 2015. Mas, ao contrário de 2015, incluem presentemente os depósitos em moeda estrangeira na sequência de uma alteração à regulamentação das reservas obrigatórias em meados de 2016.



O nosso balanço continua muito líquido, devido a uma elevada proporção de activos remunerados, compostos por bilhetes do tesouro, obrigações e depósitos junto de outros bancos. Este facto dá-nos flexibilidade suficiente para responder às necessidades do mercado e alavancar ainda mais o nosso balanço sem pôr em risco a nossa estrutura de financiamento.

DEPÓSITOS



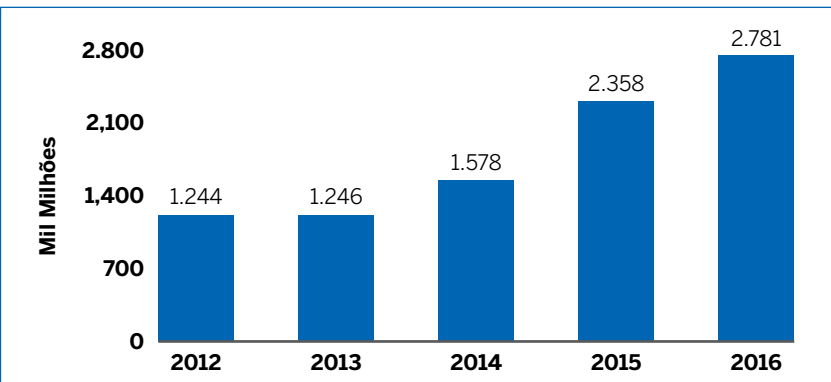
Durante os últimos quatro anos, o banco investiu quantias significativas na expansão dos seus canais, especialmente os digitais, em resposta às novas necessidades dos nossos clientes. Esta estratégia foi instrumental para fazer crescer as nossas bases de clientes e depósitos. Em consequência, os depósitos de clientes cresceram 23,5% em termos anuais, em grande medida devido ao crescimento dos depósitos à ordem.

	Dez-16	variação	Dez-15
Margem financeira	5.275	83%	2.881
Outros proveitos	4.439	0%	4.417
Total de proveitos	.714	33%	7.298
Provisões de crédito	1.122	245%	325
Custos operacionais	4.309	26%	3.413

A margem financeira global melhorou este ano, de 4,3% em 2015 para 6,6%, em linha com a conjuntura de taxas de juro altas em 2016. As provisões de crédito também aumentaram, reflectindo uma conjuntura de risco de crédito em degradação, decorrente das elevadas taxas de juro. No entanto, uma parte significativa destas provisões diz respeito à provisões gerais e não específicas.

O crescimento significativo da nossa margem financeira teve um impacto substancial no nosso total de proveitos. Potenciada pelos proveitos de juros mais elevados dos activos em moeda local, compensou os outros proveitos, que se mantiveram estáveis em termos anuais, essencialmente devido a uma queda de 4% nos proveitos de operações financeiras líquidas. Em consequência, o resultado do exercício aumentou 18%, de MZN 2.357,5 milhões em 2015 para MZN 2.780,9 milhões em 2016.

RESULTADO DO EXERCÍCIO



MARGEM FINANCEIRA
Apesar de custos de financiamento mais elevados devido aos constrangimentos de liquidez que se verificaram durante quase todo o ano de 2016, a nossa margem financeira cresceu 83% em termos anuais. Esta situação deveu-se em grande medida a taxas de juro domésticas significativamente mais altas e a um crescimento de 13% da carteira de crédito.

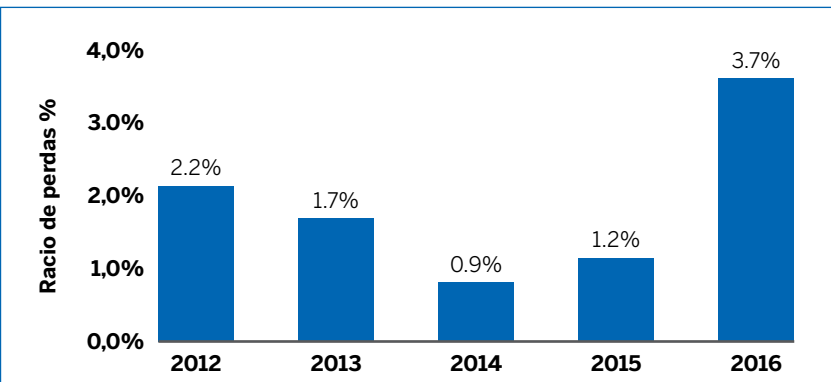
OUTROS PROVEITOS
Conforme esperado, a queda geral da actividade económica teve um impacto negativo na rubrica de outros proveitos. A baixa procura de moeda estrangeira veio pressionar ainda mais os volumes de operações em todas as áreas, com um impacto mais pronunciado nos nossos resultados de operações financeiras, que caíram 3,8% em termos anuais. No entanto, os nossos proveitos de comissões líquidos beneficiaram de uma gama de produtos diversificada e do crescimento da nossa base de clientes, que actuaram como contrapeso para permitir que a rubrica de outros proveitos se mantivesse estável em termos anuais globais.

PROVISÕES DE CRÉDITO
O banco continua a aplicar critérios de concessão de crédito rigorosos, adequados e responsáveis e gere a sua exposição de maneira proactiva, para assegurar que as nossas práticas creditícias reflitam as condições económicas projectadas e a nossa apetência pelo risco. Cumprimos rigorosamente as obrigações regulamentares e as Normas Internacionais de Relato Financeiro, que constituem o cerne das nossas práticas de gestão do risco de crédito.

O aumento abrupto do crédito mal-parado este ano reflecte o impacto de uma facilidade, integralmente coberta, reestruturada recentemente e classificada em crédito mal-parado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Uma taxa de câmbio significativamente mais baixa veio exacerbar esta situação. Em consequência, o rácio de perdas de crédito subiu de 1,2% em 2015 para 3,7%, continuando no entanto em linha com as taxas de referência do sector. De qualquer modo, a nossa acção decisiva e proactiva, bem como um investimento significativo na melhoria dos processos de crédito, recuperação e reabilitação foram instrumentais para mitigar os efeitos de uma conjuntura operacional difícil.

A subida nas nossas provisões de crédito, que subiram de MZN 325 milhões em 2015 para MZN1.122,3 milhões em 2016 deveu-se em grande medida à provisões gerais na sequência de algumas reduções significativas no rating de alguns clientes, dado que o banco aumentou significativamente a sua capacidade de absorção de perdas. As provisões específicas estiveram em linha com as expectativas.

RÁCIO DE PERDAS DO CRÉDITO



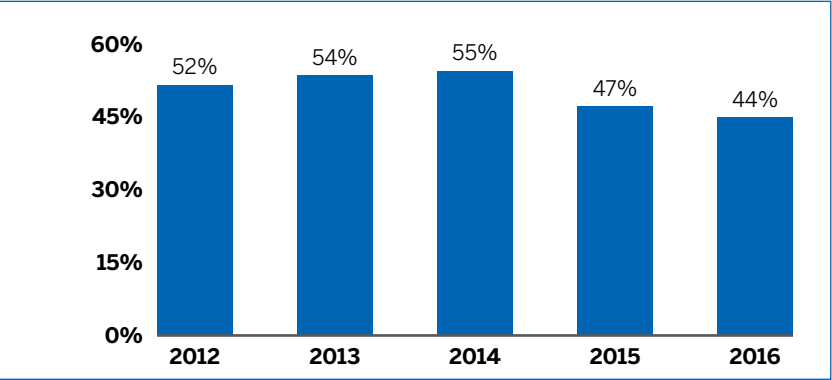
CUSTOS OPERACIONAIS
2016 foi um ano de dificuldades económicas significativas em Moçambique. Como parte integrante dos nossos processos de gestão de riscos, procuramos constantemente prever e avaliar o impacto relevante que os desenvolvimentos macroeconómicos podem ter nos nossos resultados e, se possível, mitigar os efeitos negativos. Esta estratégia revelou-se particularmente benéfica em 2016. Em consequência, apesar dos choques macroeconómicos substanciais, demos continuidade aos nossos investimentos cuidadosamente ponderados, no sentido de compreendermos melhor o que é importante para os nossos clientes e oferecer-lhes essas soluções. Por conseguinte, demos prioridade aos investimentos no nosso capital humano e na informatização, para garantir que estamos prontos para nos adaptarmos às necessidades evolutivas dos nossos clientes.

Como coração das nossas operações, o nosso capital humano merece-nos particular atenção. O nosso investimento no seu bem-estar, formação e desenvolvimento e em garantir que tem capacidade operacional suficiente é uma das nossas maiores prioridades. Por conseguinte, tomámos boa nota dos desafios específicos que os nossos recursos humanos enfrentaram devido às difíceis condições macroeconómicas e tentámos aliviar-lhes o fardo. Não obstante, continuámos a esforçar-nos por manter os nossos custos operacionais tão baixos quanto possível, assegurando simultaneamente que maximizávamos as eficiências de custos em todo o banco. Esta abordagem teve como consequência os nossos custos operacionais cresceram 26,2% em termos anuais, para MT4.283 milhões (2015: MZN3.413 milhões). Apesar desta situação, o nosso rácio custos/proveitos caiu para 44,4% (2015: 46,8%), reflectindo um crescimento das receitas maior do que o dos custos.

Standard Bank, S.A.

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

RÁCIO CUSTOS/PROVEITOS %



POSIÇÃO DE CAPITAL

A função de gestão do capital do banco foi concebida para assegurar que os requisitos regulamentares sejam cumpridos constantemente e que o banco esteja capitalizado em linha com a sua apetência pelo risco e objectivos em termos de rácios, que são aprovados pelo Conselho de Administração. O nosso objectivo é manter constantemente um equilíbrio prudente entre rácios de capital que suportem devidamente o crescimento da actividade e a confiança dos depositantes e oferecer um retorno competitivo aos nossos accionistas.

	Dez-16	Dez-15
Fundos próprios de base (Tier I)	14.88%	12.53%
Fundos próprios complementares (Tier II)	2.08%	2.78%
Rácio de solvabilidade	16.96%	15.31%

O capital mínimo exigido pelo Banco de Moçambique é 8%.

O banco manteve a sua forte posição de capital durante todo o ano, cumprindo ou ultrapassando mesmo todos os seus objectivos em termos de rácios. O rácio de solvabilidade subiu para 16.96%, bem acima do requisito mínimo regulamentar de 8%. Esta situação dá ao banco espaço suficiente para alavancar ainda mais o seu balanço em linha com os seus objectivos estratégicos de médio e longo prazo.

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Standard Bank, S.A. que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e à manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os Administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras do Standard Bank, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Fevereiro 2017 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguinte representantes:

Adimajidima Chikwema Nwokoche

Administrador Delegado

Gonzagani Naba

Director Financeiro

A nossa abordagem de auditoria

Visão Geral

Materiaisidade global

Materiaisidade relevante de auditoria

Enquanto parte do planeamento da nossa auditoria, determinamos a materiaisidade, avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras e consideramos, em particular, onde é que a Administração efectua julgamentos subjectivos, por exemplo, nas estimativas contabilísticas significativas que envolvem premissas e eventos futuros incertamente ocorridos. Tal como em todas as nossas auditorias, endereçamos o risco da subavaliação aos controlos por parte da Administração, incluindo, entre outros assuntos, a evidência de tendências que indiquem risco de distorção relevante devido a fraude.

Materiaisidade

O âmbito da nossa auditoria foi influenciado pela aplicação da nossa materiaisidade. Uma auditoria é planeada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais, individuais ou agregadamente, se for razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Com base no nosso julgamento profissional, estabelecemos níveis quantitativos para a materiaisidade, incluindo a materiaisidade para as demonstrações financeiras como um todo, conforme apresentado no quadro abaixo. Estes níveis quantitativos, juntamente com considerações qualitativas, auxiliaram-nos a determinar o âmbito da nossa auditoria, e a natureza, oportunidade e extensão dos nossos procedimentos de auditoria, e a avaliar o efeito das distorções, em termos individuais e agregados, nas demonstrações financeiras como um todo.

Materiaisidade global

Conceito de materiaisidade

Base para o julgamento

407 000 000 de meticalis, que representam 10% do resultado antes de impostos directos.

10% do resultado antes de impostos directos.

Optámos pelo resultado antes de impostos directos como indicador da materiaisidade porque é, na nossa opinião, o indicador de desempenho mais consistentemente usado pelos utilizadores e também um indicador geralmente aceite. Escolhemos uma percentagem de dez por cento porque é consistente com os indicadores quantitativos de materiaisidade utilizados para empresas orientadas para o lucro neste sector.

Materiaisidade relevante de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram mais importância nas nossas auditorias das demonstrações financeiras deste ano. Estas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da respectiva opinião, e não emitimos uma opinião isolada sobre estas matérias.

Materiaisidade relevante de auditoria

Resposta de auditoria a matérias relevantes de auditoria

Importância do crédito - Banco de Grandes Empresas e de Investimentos (BGEI) e Banco de Particulares e Negócio (BPN)

(Referências para a informação sobre "Risco de estimativas e julgamentos" no parágrafo 19, "Activos e passivos financeiros" no parágrafo 23, "Risco de crédito" no parágrafo 21 e "Imparidade e incumprimento" no parágrafo 34)

Em 31 de Dezembro de 2016, a carteira de crédito líquida de imparidade totalizava 29 488 243 milhares de meticalis e a imparidade do crédito totalizava 1 524 860 milhares de meticalis dos quais 1 177 681 milhares de meticalis tinham respeito à carteira BGEI e 347 179 milhares de meticalis à carteira BPN.

O Banco avalia a imparidade da carteira de crédito na data de cada relato financeiro e esta avaliação é feita colectivamente para o crédito vigente e para o crédito em incumprimento sem imparidade específica e individualmente para o restante crédito em incumprimento.

Imparidade colectiva

A imparidade para o crédito vigente e para o crédito em incumprimento sem imparidade específica é calculada colectivamente.

Para a carteira BGEI, são usados modelos estatísticos para calcular a imparidade colectiva, com variáveis que requerem julgamento significativo da gestão relativamente a aspectos diversos tais como:

Consideramos a avaliação da imparidade uma matéria da maior importância no decurso da nossa auditoria a este exercício, atendendo à complexidade e subjectividade dos modelos usados pelo Banco reforçada pela actual conjuntura económica em Moçambique.

- na carteira BGEI, e com base numa amostragem de empréstimos e adiantamentos, avaliamos o julgamento da gestão na atribuição da classe de risco, através da discussão dos relatórios de classificação de crédito com a gestão, para assim entendermos o suporte dos pressupostos utilizados, e da confrontação dos dados introduzidos com a informação disponível (financeira e outra informação pública);
- ainda na carteira BGEI, comparámos o nível de risco utilizado nos modelos com o risco da carteira de crédito.

Para a imparidade específica:

- inspecionámos os dados introduzidos nos modelos e verificámos a exactidão matemática dos fluxos de caixa. Os dados introduzidos foram comparados com o suporte documental, nomeadamente a documentação relativa aos colaterais. Os colaterais foram testados através de amostragem.

Outra informação

A Administração é responsável pela outra informação que contém os seguintes documentos: Relatório do Presidente e do Administrador-Delegado, Análise Económica, Governança Corporativa, Análise Financeira, Análise das Unidades de Negócio, Relatório de Gestão de Risco e Capital e Análise do Capital Humano. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e ao fazê-lo consideramos se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o materialmente que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que a Administração determina ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco proporcionar, em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que a Administração intencionalmente ignore ou ignore os factos, ou não tenha alternativa realista sendo factível.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria sobre o mesmo. Segurança razoável é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs deteta sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, em termos individuais ou agregados, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mas temos opções profissionais e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, conhecendo e executando procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver fraude, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou subversão ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de avaliar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção ao nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transações e eventos subjectivos de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Relatório do Auditor Independente

Ass. assinada do Standard Bank, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Standard Bank, S.A. (Banco) em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano findo em 31 de Dezembro de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditamos

As demonstrações financeiras do Standard Bank, S.A., que compreendem:

- a demonstração dos resultados para o ano findo em 31 de Dezembro de 2016;
- a demonstração do rendimento integral para o ano findo em 31 de Dezembro de 2016;
- o balanço em 31 de Dezembro de 2016;
- a demonstração das alterações dos capitais próprios para o ano findo em 31 de Dezembro de 2016;
- a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo em 31 de Dezembro de 2016;
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas significativas.

Risco para a opinião

Executamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades em termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e com o Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), e cumpriamos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

Princípios e Normas da Contabilidade - Edição Milénio PwC, Avenida Vladimir Lenin, nº 174, 4.º andar, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique

T (+258) 21 330400, (+258) 21 330415/26, F (+258) 21 330416/330419, E: maputo@pw.pt

www.pwc.com

Princípios e Normas da Contabilidade - Edição Milénio PwC, Avenida Vladimir Lenin, nº 174, 4.º andar, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique

T (+258) 21 330400, (+258) 21 330415/26, F (+258) 21 330416/330419, E: maputo@pw.pt

www.pwc.com

(i) a atribuição de uma classificação de risco individual;

(ii) a probabilidade de incumprimento;

(iii) as perdas decorrentes de incumprimento.

Para a carteira BPN, também são usados modelos estatísticos para o cálculo da provisão de imparidade colectiva, com variáveis que exigem julgamento significativo da gestão, tais como as seguintes:

- probabilidade de incumprimento;
- perdas decorrentes do incumprimento;
- probabilidade de uma conta que não apresente evidência de imparidade ao passar para o período de emergência.

Imparidade específica

Para os empréstimos em incumprimento das carteiras BGEI e BPN, foi efectuada uma avaliação individual e herdada, pela gestão, julgamentos, pressupostos e estimativas significativas relativas:

- a determinação se o empréstimo está em imparidade;
- a recuperabilidade e adequação do colateral;
- ao montante dos fluxos de caixa a receber;
- ao momento em que os fluxos de caixa serão recebidos.

avaliação da prova documental para os seguintes elementos das contas: período de emergência, intervalo entre o evento da perda e o incumprimento efectivo, ajustamento para tendências macroeconómicas;

avaliação da exactidão das folhas de cálculo da imparidade.

Para testar localmente os dados introduzidos nos modelos, efectuámos os seguintes procedimentos:

- revisámos a integridade da rastreia de crédito em empréstimos em incumprimento avaliados individualmente e empréstimos vigentes ou em incumprimento sem imparidade específica avaliados colectivamente;
- comparamos a informação relativa à probabilidade de incumprimento e perdas decorrentes de incumprimento, dada pelas perdas de avaliação, com os cálculos efectuados pelo Banco.

Relativamente à imparidade colectiva, efectuámos os seguintes procedimentos:

- testámos a exactidão dos dados de segmentação introduzidos nos modelos da carteira BPN, através da inspeção, por amostragem, da informação de suporte relativa aos dados mais relevantes, tais como o número de dias em incumprimento e o tipo de produto (empréstimo hipotecário, descoberto, empréstimo a termo);
- ainda relativamente à carteira BPN, avaliamos o julgamento da gestão no cálculo anual das perdas decorrentes de incumprimento, através da análise de dados históricos relacionados com a recuperação de colaterais, validámos a taxa de perda média controlada para este seguimento e confirmámos a aprovação pelo Comité de Risco de Crédito através da inspeção das actas das reuniões;

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o planeamento do âmbito e calendário da auditoria, as considerações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

Declaramos à Administração que cumpriámos com os requisitos éticos relevantes da independência e comunicamos todos os relacionamentos e outros assuntos que possam ser percebidos como ameaça à nossa independência incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Entre as matérias comunicadas à Administração, determinamos as que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e consideramos as matérias relevantes da auditoria. Relatamos essas matérias no nosso relatório de auditoria e, a menos que a lei ou regulamento proibam a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, concluirmos que um assunto não deve ser divulgado no nosso relatório porque é razoavelmente expectável que as consequências adversas de o fazer superem os benefícios de interesse público de tal comunicação.

João José Azevedo

Auditor Certificado

Maputo, 8 de Março de 2017

4



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

		2016	2015
	Nota	MT	MT
Juros e rendimentos similares	5	6,230,410,482	3,313,577,465
Juros e encargos similares	5	(955,038,530)	(432,821,208)
Margem financeira		5,275,371,952	2,880,756,257
Rendimentos com taxas e comissões	6	1,223,127,188	1,086,955,851
Gasto com taxas e comissões	6	(7,059,977)	(17,372,615)
Resultados com taxas e comissões		1,216,067,211	1,069,583,236
Resultados de operações financeiras	7	3,222,839,845	3,348,446,570
Resultados operacionais		9,714,279,008	7,298,786,063
Imparidade de crédito	8	(1,122,266,851)	(324,953,119)
Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito		8,592,012,157	6,973,832,944
Outros gastos operacionais	9	(4,309,272,650)	(3,413,432,890)
Resultado antes de impostos indirectos		4,282,739,506	3,560,400,054
Imposto indirecto	10.1	(203,848,664)	(181,896,627)
Resultado antes de impostos directos		4,078,890,842	3,378,503,427
Imposto Directo	10.2	(1,297,987,433)	(1,020,986,810)
Resultado líquido do exercício		2,780,903,410	2,357,516,617
Resultados por acção			
Básicos	11	10.75	9.11
Diluídos	11	10.75	9.11

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

		2016	2015
		MT	MT
Resultado do exercício		2,780,903,410	2,357,516,617
Outros rendimentos integrais			
Itens que nunca serão reclassificados posteriormente para resultados			
Resultados de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)		74,431,000	(70,065,000)
Resultados de ganhos e perdas actuariais (assistência médica)		21,892,000	4,240,000
Resultado do justo valor dos imóveis		-	389,129,217
Itens que podem ser reclassificados posteriormente para resultados			
Resultado do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		(62,542,210)	(37,655,048)
Rendimento integral		2,814,684,200	2,643,165,786

BALANÇO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

		2016	2015
	Nota	MT	MT
Activo / Assets			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	10,706,529,462	6,494,370,751
Derivados	13.1	29,749,301	344,783,085
Activos detidos para negociação	13	462,390,452	2,046,872,861
Activos financeiros	14	13,945,094,328	6,989,639,550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	15.1	20,697,394,837	20,317,787,193
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	29,488,243,349	26,873,252,825
Outros activos	16	357,278,972	193,862,394
Activos tangíveis	17.1	3,782,406,009	3,514,417,506
Activos intangíveis	17.2	92,225,726	148,222,615
Activo do fundo de pensões	18	101,697,000	24,564,000
Activos por impostos diferidos	23	33,139,230	-
Total do activo		79,696,148,666	66,947,772,780
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	19	1,294,000,000	1,294,000,000
Reserva legal	20	1,294,000,000	1,294,000,000
Outras reservas	21	2,444,970,271	2,652,651,857
Resultados transitados	22	7,545,506,529	5,025,206,996
		12,578,476,800	10,265,858,853
Total do capital próprio			
Derivados	13.1	3,552,702	329,097,575
Passivos por impostos correntes	23	220,532,431	386,310,184
Recursos de clientes	24	61,597,118,261	49,871,227,620
Outros passivos	25	3,605,196,831	4,367,888,076
Empréstimos subordinados	26	1,299,410,861	1,297,169,000
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma	27	47,021,000	66,334,000
Passivos por impostos diferidos	23	344,839,781	363,887,472
Total do passivo		67,117,671,866	56,681,913,927
Total do capital próprio e do passivo		79,696,148,666	66,947,772,780

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

		Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para o plano de acções do grupo	Reserva para riscos gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor – activos disponíveis para venda	Resultados acumulados	Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		1,294,000,000	962,380,987	343,655,319	21,084,761	1,942,540,262	1,066,547	12,641,652	3,381,467,779	7,958,837,307
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2,357,516,617	2,357,516,617
- Transferido para a reserva legal		-	331,619,013	-	-	-	-	-	(331,619,013)	-
- Dividendo ordinário		-	-	-	-	-	-	-	(335,237,584)	(335,237,584)
- Imposto diferido		-	-	(183,119,631)	-	-	-	9,413,762	-	(173,705,869)
- Justo valor em activos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	(47,068,810)	-	(47,068,810)
Outras reservas		-	-	572,248,848	-	-	(4,056,334)	-	2,943,341	571,135,855
Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio		-	-	-	(15,754,518)	-	-	-	-	(15,754,518)
Transferência de opções de capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	15,960,854	15,960,854
Resultado de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)		-	-	-	-	-	-	-	(70,065,000)	(70,065,000)
Resultado de ganhos e perdas actuariais (assistência médica)		-	-	-	-	-	-	-	4,240,000	4,240,000
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	5,330,243	1,942,540,262	(2,989,787)	(25,013,396)	5,025,206,994	10,265,858,852
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2,780,903,410	2,780,903,410
- Transferido para a reserva de risco geral de crédito		-	-	-	-	(144,444,463)	-	-	144,444,463	-
- Dividendo ordinário		-	-	-	-	-	-	-	(506,474,252)	(506,474,252)
- Imposto diferido		-	-	-	-	-	-	41,202,638	-	41,202,638
- Justo valor em activos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	(103,744,848)	-	(103,744,848)
Outras reservas		-	-	-	-	-	782,151	-	-	782,151
Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio		-	-	-	(1,477,065)	-	-	-	-	(1,477,065)
Transferência de opções de capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	5,102,914	5,102,914
Resultado de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)		-	-	-	-	-	-	-	74,431,000	74,431,000
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	3,853,178	1,798,095,799	(2,207,636)	(87,555,606)	7,545,506,529	12,578,476,800

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

		Nota	2016	2015
			MT	MT
Fluxos de caixa de actividades operacionais				
Caixa gerada pelas actividades operacionais	29		5,715,728,623	3,820,222,066
Variações nos activos e passivos operacionais	30		1,341,721,722	8,457,638,239
			7,057,450,345	12,277,860,305
			(1,470,580,634)	(815,778,477)
Imposto pago			5,586,869,711	11,462,081,828
Fluxo líquido de caixa de actividades operacionais				
Fluxo de caixa de actividades de investimento				
Aquisição de activos tangíveis			(467,653,078)	(332,643,546)
Aquisição de activos intangíveis			(23,217,886)	(85,221,106)
Fluxo líquido de caixa de actividades de investimento			(490,870,964)	(417,864,652)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento				
Receita da emissão de obrigações subordinadas			2,241,861	1,037,065,181
Dividendos pagos			(506,474,252)	(335,237,584)
Fluxo líquido de caixa de actividades de financiamento			(504,232,391)	701,827,597
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa			4,591,766,356	11,746,044,773
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano			26,812,157,944	15,066,113,188
Diferença cambial nos saldos de abertura			-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano	31		31,403,924,300	26,812,157,961

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. INCORPORAÇÃO E ACTIVIDADES

O Standard Bank, S.A. é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Avenida 10 de Novembro nº 1, em Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited, um Banco de investimento constituído no Reino Unido que detém uma participação equivalente a 98.1% do capital. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma entidade integralmente detida pelo Standard Bank Group, um Banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes 1.9% do capital do Banco são detidos por accionistas minoritários. O Banco tem por objecto social a realização de actividades de banca comercial e de investimentos, banca de retalho e a prestação de serviços afins.

2. BASES DE PREPARAÇÃO

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.1.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção das seguintes situações:

- Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor;
- Os edifícios são mensurados ao justo valor;
- Os activos financeiros são mensurados ao justo valor;
- A responsabilidade respeitante aos planos de benefício definido é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefício definido e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos e custos com os serviços passados.

2.1.3 Moeda funcional e de apresentação

a) Moeda Funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, por ser a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos. As demonstrações financeiras são também apresentadas em Meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

b) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos (USD). A demonstração do rendimento integral e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano e as rubricas doo Balanço mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente no capital próprio. As componentes do capital próprio são convertidas para dólares norte-americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente. Abaixo, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Principais estimativas e julgamentos contabilísticos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação das políticas contabilísticas e as estimativas efectuadas pela Administração em consulta com o Grupo. Tais políticas e estimativas contabilísticas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem complementam os comentários sobre a gestão de risco financeiro divulgados abaixo na Nota 3.

Principais fontes da incerteza das estimativas

Provisão para perdas por imparidade

A imparidade dos activos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é avaliada em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2 (h).

Imparidade colectiva

O Banco avalia as carteiras de crédito para a imparidade em cada data de relato. Ao determinar se uma perda por imparidade deve ser registada no resultado, o Banco faz julgamentos sobre se existem dados observáveis indicando uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de empréstimos antes da diminuição poder ser atribuída a um empréstimo individual da respectiva carteira. Efectuam-se estimativas da duração entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma perda individualmente. A Imparidade para os empréstimos em cumprimento e para os empréstimos em incumprimento, mas não especificamente empréstimos com imparidade é calculado tendo em conta a carteira em causa, baseado em padrões de perda histórica, ajustado para condições económicas nacionais e específicas da indústria e outros indicadores presentes na data de relato que se correlacionam com nível do incumprimento na carteira . Estes incluem incumprimentos prematuros e outros indicadores de potenciais incumprimentos, como mudanças nas condições macroeconómicas e legislação que afeta a recuperação de crédito. Esses índices de sinistralidade anuais são aplicados aos saldos de empréstimos na carteira e escalonados para o período estimado de emergência de perdas. No final do exercício, o Banco aplicou um período médio de emergência de três meses (2015: três meses) para PBB e 12 meses (2015: 12 meses) para empréstimos e adiantamentos de CIB.

	Período médio de emergência de perdas		Sensibilidade à perda por imparidade¹
	2016 Meses	2015 Meses	2016 MT
Banca de particulares e negócio	3	3	(1,394)
Financiamento Imobiliário e Empréstimos hipotecários	3	3	3,826
Locações financeiras	3	3	476
Descobertos	3	3	1,214
Empréstimos a longo prazo	3	3	6,910
Cartões de crédito	-	-	-
Banca de Grandes Empresas e Investimento	12	12	146,219

¹ A sensibilidade da carteria da Banca de particulares e negócio é baseada no efeito de uma alteração de um mês no aumento no período de emergência sobre o valor da deterioração da carteira. A sensibilidade da carteira de Grandes empresas e banca de investimentos baseia-se no efeito de uma alteração de aumento de dois meses no período de emergência sobre o valor da deterioração da carteira.

Imparidade específica

Os empréstimos em situação de incumprimento incluem os empréstimos para os quais o Banco identificou evidências objectivas de incumprimento, tais como a violação de um acordo ou condição material de empréstimo, bem como os empréstimos cujas parcelas são devidas e não pagas por 90 dias ou mais. A metodologia utilizada na determinação da imparidade específica inclui a consideração de vários factores como segmentação, níveis de expectativa de perda e probabilidade de incumprimento. As estimativas da gestão sobre fluxos de caixa futuros em empréstimos com imparidade individual baseiam-se na experiência histórica de perda de activos com características de risco de crédito semelhantes. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar o montante e a tempestividade dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perdas e a experiência de perdas reais. Estima-se que o tempo esperado para recuperar a garantia e as recuperações de empréstimos em função da percentagem do saldo em dívida seja entre 1 e 29 meses para todos os clientes.

	Período expectável de recuperação		Sensibilidade à perda por imparidade¹
	2016 Meses	2015 Meses	2016 MT
Banca de particulares e negócio	1 - 29	1 - 29	44,612
Financiamento Imobiliário e Empréstimos hipotecários	16	16	6,166
Locações financeiras	7	7	2,862
Descobertos	12	12	10,156
Empréstimos a longo prazo	15	15	25,429
Cartões de crédito	-	-	-
Banca de Grandes Empresas e Investimento	-	-	-

¹ A sensibilidade da carteira da Banca de particulares e negócio é baseada no efeito de uma mudança de seis meses no aumento do tempo esperado para a recuperação da carteira. A sensibilidade da carteira Grandes empresas e banca de investimentos não foi realizada, tendo em conta que a carteira encontra-se comprometida em 100%.

Justo valor dos instrumentos financeiros

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na política contabilística 2.2 (h). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Justo valor de outros activos tangíveis

Os administradores estimam o justo valor dos edifícios utilizando avaliações profissionais independentes realizadas numa base regular. Quando um activo é reavaliado, o valor contabilístico é reexpresso para o valor reavaliado

do activo. Os aumentos nas quantias escrituradas resultantes da reavaliação, incluindo as variações cambiais, são reconhecidos como outros rendimentos integrais, a menos que compensem diminuições anteriores nas quantias escrituradas do mesmo activo e neste caso são reconhecidos nos resultados. As diminuições em quantias escrituradas que compensam aumentos anteriores do mesmo activo são reconhecidas em outro rendimento integral.

Outras

A natureza dos outros pressupostos e as estimativas de pensões e outros benefícios pós-emprego são divulgadas nas notas 18 e 27.

2.1.5 Normas emitidas mas ainda não adoptadas

As seguintes normas, alterações e interpretações, novas ou revistas, não estão ainda em vigor para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

A NIRF 9, publicada em Julho de 2014, substitui a orientação existente na NIC 39

Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A NIRF 9 inclui a revisão da orientação sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de imparidade nos activos financeiros, e os novos requisitos de contabilidade de cobertura geral. Esta norma compreende igualmente a orientação sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da NIC 39.

A NIRF 9 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

O Banco está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultante da aplicação da NIRF 9.

Dada a natureza das operações do Banco, espera-se que esta norma tenha um impacto generalizado nas suas demonstrações financeiras. Em particular, o cálculo da imparidade de instrumentos financeiros numa base de perda de crédito esperada deverá resultar num aumento do nível global da imparidade.

NIRF 15 Rédito proveniente de Contratos com Clientes

A NIRF 15 estabelece uma estrutura compreensiva para determinar se, quanto e quando o rédito é reconhecido esubstitui a orientação de reconhecimento do rédito existente, incluindo a NIC 18 Rédito, NIC 11 Contratos de Construção e IFRIC 13 Programas de Fidelidade de Clientes.

A NIRF 15 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018 mas possibilita a adopção antecipada.O Banco está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultante da aplicação da NIRF 15.

NIRF 16 Locações

Esta norma irá substituir a norma existente NIC 17 Locações, bem como as respectivas interpretações, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, sendo o locatário (cliente) e o locador (fornecedor).

O princípio central desta norma é o reconhecimento no balanço, pelo locatário e pelo locador, de todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de locação.

NIRF 15 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019. O impacto sobre as demonstrações financeiras anuais ainda não foi determinado.

Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

- Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua associada ou entidade

- Conjuntamente Controlada (emendas à IAS 28 e IFRS 10)
- Pagamento com base em acções (Alterações à IFRS 2).
- Contratos de seguros (Alterações à IFRS 4).
- Transações em Moeda Estrangeira e Considerações Antecipadas (IFRIC 22).
- Propriedade de Investimento (Alterações à IAS 40).

2.2 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras excepto onde for especificamente mencionado o contrário.

(a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para a taxa de juro efectiva e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

(b) Juros

Os resultados de juros são reconhecidos em resultados, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros sem ter em consideração as perdas de crédito futuras.

- O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro. Os rendimentos e custos financeiros apresentados na demonstração dos resultados e na demonstração do rendimento integral incluem:
- Os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método da taxa de juro efectiva;
 - Os juros sobre títulos disponíveis para venda calculados com base no método da taxa de juro efectiva;
 - A porção efectiva das variações do justo valor em derivados de cobertura que se qualificam, designados em coberturas de fluxo de caixa com variabilidade nos fluxos de caixa de juros no mesmo período em que os fluxos de caixa cobertos afectam rendimentos e custos; e
 - A porção efectiva das variações do justo valor em derivados de cobertura que se qualificam, designados em coberturas do risco da taxa de juro.

Os resultados de juros dos activos e passivos detidos para negociação são considerados acessórios às operações comerciais do Banco e são apresentados no resultado de operações financeiras, em conjunto com todas as outras variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(c) Rendimento com taxas e comissões

Os rendimentos com taxas e comissões que compõem a taxa de juro efectiva num activo ou passivo financeiro são incluídos na mensuração da taxa de juro efectiva. Todos os outros rendimentos de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras estruturadas de projectos, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicacão são, geralmente, reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e diferimento à medida que os respectivos serviços forem prestados.

Os outros custos com taxas e comissões referem-se, principalmente, aos custos de transacções e serviços, os quais são reconhecidos em resultados à medida que os serviços forem recebidos.

(d) Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras incluem os ganhos e perdas em transacções de comercialização de moeda estrangeira, os ganhos e perdas na conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira e os juros e variações no justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(e) Pagamentos de locações

Os pagamentos relativos a locações operacionais são reconhecidos em resultados, de forma constante durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos de locação recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de locação durante o prazo do respectivo contrato.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário a efectuar ao locador a título de penalização é reconhecido como custo no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o Banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável àquele activo. Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidos no Balanço do Banco.

Se o Banco é o locador, num contrato de locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo para o locatário, então, o contrato é classificado como uma locação financeira e é apresentada nos empréstimos e adiantamentos de clientes uma conta a receber igual ao investimento líquido na locação.

(f) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido, os quais são reconhecidos em resultados com excepção da parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou em rendimento integral.

Imposto corrente

O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de Balanço.



Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo por base as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, para efeitos de reporte financeiro, e os valores usados para efeitos fiscais. Não existe reconhecimento de imposto diferido quando do reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de Balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes que digam respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes mas que pretendam pagar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou em que os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de lucros fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de Balanço e são reduzidos com a probabilidade de o benefício não vir a ser realizado.

Os impostos adicionais que surgem a partir da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagar o dividendo relacionado é reconhecida. Estes valores são geralmente reconhecidos em resultados, porque geralmente estão relacionados com rendimentos decorrentes de operações originalmente reconhecidas em resultados.

Disposições fiscais

Na determinação do montante do imposto corrente e diferido, o Banco tem em consideração o impacto de posições fiscais incertas e se são devidos impostos adicionais e juros. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e envolve uma série de julgamentos sobre eventos futuros. A existência de novas informações pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes. As alterações no valor dos passivos fiscais terão impacto no gasto de imposto do exercício em que ocorre.

(g) Pagamentos com base em acções

O justo valor na data da concessão de prémios de pagamento com base em acções - ou seja, opções de acções - concedidas aos empregados é reconhecido em gastos com o pessoal e no capital próprio, ao longo do período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito de gozar estes prémios. O valor reconhecido como gasto é ajustado para reflectir o número de prémios para os quais os serviços relacionados e as condições de desempenho, não de mercado, se espera que sejam atingidos, de modo que o montante finalmente reconhecido como gasto tenha como base o número de prémios que satisfazem as condições relacionadas e que não sejam de mercado na data de aquisição. Para prémios de pagamento com base em acções com condições de não aquisição, o justo valor na data de concessão do pagamento com base em acções é mensurado para reflectir tais condições e não existe ajustamento para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

(h) Activos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco faz o reconhecimento inicial, na data em que são originados, dos empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo comprapras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão se o item não for classificado ao justo valor através de resultados.

(ii) Classificação

Activos Financeiros
O Banco classifica os seus activos financeiros numa das seguintes categorias:

- empréstimos e contas a receber;
- detidos até à maturidade;
- disponíveis para venda; e
- ao justo valor através de resultados, e nesta categoria incluem-se:

- os detidos para negociação; ou
- os designado ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros
O Banco classifica os seus passivos financeiros, que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de resultados.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros
O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram ou quando transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais através de uma transacção em que subs-

tancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a valor contabilístico do activo (ou o valor contabilístico alocado à parte do activo desreconhecido) e a soma:

(i) do valor recebido (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e (ii) de qualquer ganho ou perda acumulado que tenha sido reconhecido no rendimento integral e reconhecido em resultados. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento e que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo em separado.

Nos casos em que o Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos no Balanço, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles, os activos transferidos não são desreconhecidos. Os empréstimos de títulos e as transacções de venda e recompra são exemplos de tais transacções.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram."

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no Balanço sempre que exista um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e a intenção de efectuar a liquidação pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF ou quando os ganhos e perdas são provenientes de um grupo de transacções semelhantes geradas na actividade comercial do Banco."

(v) Mensuração do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução por perda por imparidade."

(vi) Mensuração do justo valor

"Justo valor" é o preço que seria recebido para vender um activo, ou pago para transferir um passivo, numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso a que o Banco tivesse acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo quando as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e em volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado têm em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção, ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção, e o justo valor não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercado observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor ajustado de forma a ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em resultados, numa base adequada, ao longo da vida do instrumento, ou quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou é concluída.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que se encontram expostas ao risco de mercado e risco de crédito, e que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida ao mercado ou ao risco de crédito, são mensuradas com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma determinada exposição de risco. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos individualmente aos activos e passivos, com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior ao valor a ser pago à ordem descontado desde a data em que o pagamento da quantia pode ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor na data de Balançiem que ocorre a mudança."

(vii) Identificação e mensuração de imparidade

O Banco avalia, a cada data de relato, se há evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros não reconhecidos pelo justo valor através de resultados. Um activo financeiro ou um grupo de activos está em imparidade quando existe evidência objectiva da ocorrência de perdas após o reconhecimento inicial do activo e tais perdas afectem os fluxos de caixa futuros de um activo que pode ser mensurado com fiabilidade.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui:

- Dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- Incumprimento ou atraso nos pagamentos por parte do mutuário;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco que de outra forma não seria considerado;
- Indicações de que um mutuário ou emitente entrará em falência;
- O desaparecimento de um mercado activo para um título; ou
- Dados observáveis relativos a um grupo de activos tais como alterações adversas no estado do pagamento dos mutuários ou emitentes no grupo ou condições económicas que se correlacionam com os incumprimentos do grupo.

Adicionalmente, e no que respeita a um investimento em títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado abaixo do custo no seu justo valor é evidência objectiva de imparidade. Em geral, o Banco considera um declínio de 20% como "significativo" e um período de nove meses como "prolongado". No entanto, em determinadas circunstâncias uma descida inferior ou um período mais curto pode ser apropriado.

O Banco considera a evidência de imparidade para os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade tanto em termos específicos como colectivos. Todos os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos e os títulos de investimento detidos até à maturidade são avaliados quanto à imparidade específica. Aqueles que não se encontram em situação de imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade incorrida mas ainda não identificada. Os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade que não sejam individualmente significativos são avaliados colectivamente para efeitos de imparidade, agrupando os empréstimos e adiantamentos e os títulos de investimento detidos até à maturidade com características de risco semelhantes.

Na avaliação da imparidade colectiva, o Banco utiliza modelos estatísticos, avaliando os dados históricos de probabilidade de incumprimento, o tempo de recuperação e o valor de perda incorrido, e faz um ajustamento caso as condições económicas e de crédito correntes sejam tais que as perdas reais sejam provavelmente maiores ou menores do que o sugerido pelas tendências históricas. As taxas de incumprimento, taxas de perda e o tempo de recuperações futuras são regularmente comparadas com os resultados verificados, para garantir que estas se mantêm adequadas.

As perdas por imparidade de activos mensurados pelo custo amortizado são calculadas como a diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original.

Se os termos de um activo financeiro são renegociados ou modificados, ou um activo financeiro existente é substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, é feita uma avaliação sobre se o activo financeiro deve ou não ser desreconhecido. Se os fluxos de caixa dos activos renegociados são substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são consideradas como tendo expirado. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido e o novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor. A perda por imparidade antes de uma reestruturação esperada é mensurada conforme descrito de seguida:

- Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, os fluxos de caixa estimados resultantes do activo financeiro modificado são incluídos na mensuração do activo existente com base na maturidade e nos valores descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, o justo valor esperado do novo activo é o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é descontado a partir da data esperada de desreconhecimento, à data de relato e com base na taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber ou títulos de investimento detidos até à maturidade. Os juros sobre os activos em imparidade continuam a ser reconhecidos através da reversão do desconto. Se um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento da imparidade faz com que o montante de perda por imparidade diminua, então, essa diminuição é revertida através de resultados.

O Banco abate um empréstimo ou um título de dívida de investimento, parcialmente ou na totalidade, e qualquer provisão para perdas por imparidade, quando a administração determina que não existe perspectiva realista de recuperação.

Instrumentos específicos: Instrumentos financeiros derivados

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura: um derivado é um instrumento financeiro cujo valor altera em resposta a uma variável subjacente, requer pouco ou nenhum investimento líquido inicial e é liquidado numa data futura. Os derivados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor na data em que são contratados e subsequentemente remensurados ao seu justo valor.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem notas e moedas em cofre, depósitos no Banco Central (Banco de Moçambique), e activos financeiros de elevada liquidez com maturidades originais de três meses, ou menos, a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças no seu justo valor

Standard Bank, S.A.

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

e são utilizados pelo Banco na gestão de seus compromissos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo custo amortizado no Balanço. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os empréstimos e adiantamentos a Outras Instituições de Crédito estão incluídos como parte de caixa e equivalentes de caixa.

Activos e passivos detidos para negociação

Os activos e passivos detidos para negociação são activos e passivos que o Banco adquire ou incorre com o objectivo de vender ou recomprar no curto prazo ou detém como parte duma carteira que é gerida em conjunto para obter lucro no curto prazo, ou a tomada de posição.

Os activos e passivos detidos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente mensurados ao justo valor, com os custos de transacção reconhecidos nos resultados. Todas as mudanças no justo valor são reconhecidas em resultados, como parte dos resultados de operações financeiras. Os activos e passivos detidos para negociação não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial com excepção dos activos não derivados detidos para negociação que não sejam designados ao justo valor através dos resultados no reconhecimento inicial, os quais poderão ser reclassificados fora do justo valor através dos resultados – categoria de activos detidos para negociação caso não estejam detidos com o propósito de venda ou recompra a curto prazo e quando são satisfeitas as seguintes condições:

- Se o activo financeiro se enquadrar na definição de empréstimos e contas a receber (não ser classificado como detido para negociação no reconhecimento inicial), pode ser reclassificado se o Banco tiver a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade;
- Se o activo financeiro não se enquadrar na definição de empréstimos e contas a receber, pode ser reclassificado da categoria de negociação apenas em raras circunstâncias.

Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e adiantamentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo Banco pelo justo valor através de resultados ou disponíveis para venda.

Os empréstimos e adiantamentos a Bancos são classificados como empréstimos e contas a receber. Os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem:

- Empréstimos e contas a receber;
- Contas a receber de locação financeira;

Os empréstimos e adiantamentos são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transacção associados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos e adiantamentos incluem igualmente as contas a receber de locação financeira em que o Banco é o locador. Os empréstimos e adiantamentos são apresentados líquidos de provisões para reflectir os valores recuperáveis estimados.

Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente mensurados pelo justo valor mais, no caso de títulos de investimento não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção associados e subsequentemente dependendo da sua classificação como ao justo valor através de lucros ou prejuízos ou disponíveis para venda.

Justo valor através de resultados

O Banco designa alguns investimentos como títulos adquiridos ao justo valor e com as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

Disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são investimentos não derivados que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados noutra categoria de activos financeiros. Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial. Os juros recebidos são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva. O rendimento de dividendos é reconhecido em resultados quando o Banco passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas cambiais para investimentos de títulos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos nos resultados. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados. As outras variações de justo valor, com excepção das perdas por imparidade, são reconhecidas no rendimento integral e apresentadas na reserva de justo valor no capital próprio. Quando o investimento é vendido, os ganhos ou perdas acumuladas no capital próprio são reclassificados para resultados. Os activos financeiros não derivados podem ser reclassificados da categoria disponíveis para venda para a categoria de contas a receber quando se enquadram na definição de empréstimos e contas a receber e o Banco tem a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade.

Depósitos, títulos de dívida e obrigações subordinadas

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são fontes de financiamento através de dívida do Banco.

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são inicialmente mensurados ao justo valor mais custos de transacção associados, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva, excepto aqueles que o Banco designa por passivos ao justo valor através de resultados.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos evidenciados por papel comercial são classificados como passivos não negociáveis. Estes são reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando uma taxa de juro efectiva.

Outros activos tangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo. Subsequentemente, os edifícios são mensurados por quantias revalorizadas enquanto os outros activossão mensurados ao custo ou custo considerado menos a depreciação acumulada (ver abaixo) e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo de activos desenvolvidos internamente inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e uma proporção apropriada dos custos gerais de produção.

Quando um item de outros activos tangíveis inclui componentes significativas com períodos de vida útil estimada diferentes a contabilização é feita em classes separadas de activos.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente da revalorização é reconhecido como reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para resultados transitados.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na valor contabilístico do activo ou são reconhecidos, se apropriado, como um activo independente apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do activo puder ser mensurado de forma fiável. Os restantes custos com manutenção e reparação são registados noutros custos operacionais durante o período financeiro em que foram incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os custos dos itens de outros activos tangíveis, menos os seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os prazos de vida útil estimada para os período actual e comparativo, são os seguintes:

	Número de anos
Edifícios	50 anos
Equipamento	3 - 5 anos
Veículos	4 anos
Mobiliário e outro equipamento	10 anos

Os métodos de depreciação, valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário a cada data de relato.

Os ganhos e perdas em alienações são reconhecidos em resultados e determinados pela diferença entre o valor da venda e de o valor líquido contabilístico.

(j) Activos intangíveis

O software adquirido pelo Banco é mensurado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos do software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá gerar benefícios económicos futuros e consegue mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software bem como os custos capitalizados dos empréstimos obtidos para o efeito, e são amortizados durante a vida útil do software. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros custos são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida com base em quotas constantes calculadas em função do valor estimado das vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período não superior a 5 anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados quando apropriado.

(k) Imparidade de activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos não financeiros e dos activos por impostos diferidos são revistas a cada data de relato para apurar se há evidência objectiva de imparidade e quando esta existe estima-se o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados a uma de taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo.

Para outros activos que não o trespasse, uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a valor contabilístico do activo não exceda a valor contabilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

(l) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como uma exigibilidade no período em que são declarados.

(m) Benefícios dos empregados – Obrigações com pensões

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os seus trabalhadores, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, órfãos e pessoas singulares, em conformidade com o estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

Plano de benefício definidos

No que diz respeito aos benefícios de reforma acima, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos futuros com pensões. Os activos deste plano mantidos pelo fundo são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes. As receitas resultantes dos activos do plano destinam-se a cobrir a obrigação que vier a ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

A contribuição para o activo do fundo é efectuada mensalmente e os juros e retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação de benefício definido é efectuada com base no método de crédito da unidade projectada e intervalos regulares que a Administração julga mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não são materialmente diferentes dos valores que seriam determinados à data do relato.

O passivo apresentado no Balanço que respeita às obrigações em planos de benefício definido é determinado pelo valor actual das obrigações e inclui os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e o real (ajustamentos experienciais).

Os ganhos actuariais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, de acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados.

Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

Plano de contribuição definida

As obrigações respeitantes às contribuições para os planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços relacionados são prestados e reconhecidos como custos com pessoal em resultados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução em futuros pagamentos está disponível.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços são prestados e são reconhecidos como custos com o pessoal em resultados.

(n) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tem uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, em que é muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação, e o valor se possa estimar de forma fiável.



As provisões são mensuradas com base no valor actual dos custos que se espera incorrer para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de imposto que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando necessário, o risco específico do passivo.

(i) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

(ii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que o Banco espera obter a partir de um contrato forem inferiores aos custos considerados inevitáveis para satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo menor valor presente entre os custos do término do contrato e o custo líquido esperado com a continuação do contrato. Antes de reconhecer uma provisão o Banco reconhece as perdas por imparidade dos activos associados a esse contrato.

(iii) Taxas bancárias

A provisão para taxas bancárias é reconhecida quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa é cumprida. Se uma taxa está sujeita a um limite mínimo de operações para que o factor gerador da obrigação seja o alcance de uma actividade mínima, a provisão é reconhecida quando o limite mínimo de actividade é alcançado.

(o) Empréstimos que rendem juros

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao custo, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são mensurados pelo custo amortizado e as diferenças entre o custo e o valor de resgate são reconhecidos em resultados, no decurso do período dos empréstimos e com base no método da taxa de juro efectiva.

(p) Resultados por acção

O Banco apresenta resultados por acção básicos e diluídos para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período. Os resultados por acção diluídos são determinados ajustando os resultados atribuíveis aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação pelos efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, que compreendem opções sobre acções concedidas aos empregados.

3. Gestão do risco financeiro - Objectivos, políticas e processos

As actividades do Banco expõem a instituição a riscos financeiros de diversa ordem. Estas actividades também incluem a análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio adequado entre retorno e o risco e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes remunerados em duas modalidades de taxa (fixas ou indexadas), com diferentes maturidades, e tenta gerar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar estas margens consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos, a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, a definição de limites e controlos de risco apropriados e a supervisão dos riscos e grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

Estrutura, âmbito e natureza de relato de risco

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco, no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para a gestão global de risco bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, o risco da taxa de juro, o risco de crédito e a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. A auditoria interna é responsável pela revisão independente das políticas de gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dos diferentes tipos de riscos a que o Banco está exposto destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial e o risco da taxa de juros.

3.1 Risco de crédito

O Banco está exposto ao risco de crédito, isto é, o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao Banco por falta de quitação de uma obriga-

ção contratual. A cada data de relato, são constituídas provisões para perdas por imparidade para cobrir os prejuízos incorridos. As mudanças significativas na economia, ou no desempenho de um determinado segmento da indústria em que existas uma concentração da carteira do Banco, poderão resultar em perdas diferentes das previstas à data de relato. Consequentemente, a Administração está empenhada em gerir cuidadosamente a exposição do Banco ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto e estabelece limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou com mais frequência. Os limites ao nível de risco de crédito por produto, sector de indústria e país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sub-limites, abrangendo exposições do balanço e extra-patrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos itens negociáveis, tais como os contratos de operações cambiais a prazo. As exposições reais têm em conta os limites definidos e são controladas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários cumprirem com o pagamento dos juros e reembolso de capital e, se necessário, mediante a alteração dos limites de crédito. A obtenção de cauções e garantias corporativas e pessoais faz parte da gestão da exposição ao risco de crédito.

Os Administradores criaram um Comité de Crédito que implementa a política de crédito do Banco. É política do Banco exigir garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. São geralmente obtidas cauções aceitáveis sob a forma de dinheiro, inventários, investimentos cotados em Bolsa ou hipoteca de propriedades.

3.1.1 Mensuração do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos

A mensuração operacional pode contrastar com as provisões para imparidade exigidas pela NIC 39 e que se baseiam nas perdas incorridas à data de relato ("modelo da perda incorrida") e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais usando ferramentas internas de avaliação adaptadas às diferentes categorias da contraparte e desenvolvidas internamente, que combinam a análise estatística com o julgamento do gestor do crédito e são validadas, se necessário, mediante a comparação com os dados externos disponíveis. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação e a escala de avaliação do Banco, tal como apresentada de seguida, reflecte as probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as classes de acordo com a alteração da probabilidade de incumprimento.

Classificação interna do Banco

Empréstimos em cumprimento

1. Monitoria padrão
2. Monitoria especial

Empréstimos em incumprimento

3. Sub-padrão
4. Duvidosos
5. Prejuízo

Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano e especialmente durante um ciclo económico.

(i) A exposição é calculada em função dos montantes que o banco prevê estar em dívida na data do incumprimento. Por exemplo, no caso de um crédito signífico o valor nominal do crédito. Relativamente a uma obrigação, o Banco inclui os montantes já desembolsados mais os montantes adicionais que possam vir a ser desembolsados à data do incumprimento caso este ocorra.

(ii) As perdas devido a incumprimento, ou gravidade da perda, representam a expectativa do Banco relativamente à dimensão das perdas que poderão resultar de acções que decorram de incumprimento, e são expressas em termos de perda percentual por unidade de exposição que varia tipicamente segundo o tipo de contraparte, tipo de acção e hierarquia de créditos e existência de garantia real ou outras medidas de mitigação.

3.1.2. Controlo do limite do risco e políticas de mitigação

As cauções, garantias, derivados de crédito e exposições patrimoniais e extrapatrimoniais são frequentemente utilizadas para mitigar o risco de crédito. As políticas e procedimentos de mitigação de risco de crédito asseguram que as técnicas de mitigação de risco de crédito sejam aceitáveis, utilizadas de forma consistente, valorizadas de forma regular e adequada e possam satisfazer os requisitos de risco de gestão operacional para a aplicação legal, prática e antecipada.

O Banco gere limites e controla a concentração do risco de crédito sempre que este é identificado, em particular, para contrapartes individuais, grupos e indústrias.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito mediante a aplicação de limites de risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e de indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração.

As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações rigorosas de crédito antes de serem emitidas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros controlos específicos e medidas de mitigação apresentam-se como se segue:

(a) Garantias

O Banco recorre a uma gama de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais frequente é a obtenção de colaterais sobre fundos mutuados. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre residências próprias;
- Encargos sobre activos comerciais, tais como instalações, equipamentos, inventários e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e acções.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a empresas são efectuados normalmente com garantias enquanto as linhas de crédito individual renovável não. Para minimizar as perdas de crédito, assim que são observados indicadores de imparidade em empréstimos e adiantamentos individuais relevantes, o Banco procura obter garantias reais adicionais da contraparte.

As garantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos são determinadas pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém os seguintes tipos de garantias de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2016 MT	2015 MT
Banca de particulares e negócio		
Empréstimos hipotecários	3,931,689,417	3,261,076,413
Vendas a prestações e locações financeiras	490,363,167	677,771,803
Outros empréstimos e adiantamentos	2,598,141,665	798,833,201
Banca de grandes empresas e de investimento		
Empréstimos a grandes empresas	2,293,622,807	6,172,268,385
Operações de locação financeira imobiliária	-	1,323,482,436
Em 31 de Dezembro	9,313,817,055	12,233,432,238

(b) Derivados

O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas de derivados (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que respeita ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, activos em que o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. As cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito destes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem às contrapartes.

O risco de liquidação surge em qualquer situação em que o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções, na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções. São estabelecidos limites diários de liquidação para cada uma das contrapartes para efeitos de cobertura do agregado dos riscos resultantes da liquidação das transacções de mercado feitas pelo Banco num único dia.

(c) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estão disponíveis para o cliente em qualquer momento. As garantias e as cartas de crédito de apoio estão sujeitas ao mesmo risco de crédito que os empréstimos. As cartas de crédito documentais e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente, autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas, são garantidas por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Os compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações visando aumentar o crédito, quer sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos que visam aumentar o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito são contingentes aos clientes manterem padrões de crédito específicos. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

3.1.3 Políticas de provisões e imparidade

Os sistemas de classificação interna e externa descritos na Nota 3.1.1 estão focados no mapeamento da qualidade do crédito desde o início da concessão de empréstimos e de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira

apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data de relato, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas previstas nas demonstrações financeiras é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada que é utilizado para efeitos de gestão operacional interna e de reporte regulamentar.

A provisão para imparidade evidenciada no Balanço no final do exercício é obtida a partir de cada uma das cinco classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na nota 3.1.4 (a) mostra o percentual das rubricas do Balanço do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e a provisão de imparidade associada para cada uma das categorias de classificação interna do Banco.

A ferramenta de classificação interna ajuda os gestores a determinarem se existem evidências objectivas de imparidade nos termos da NIC 39 com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Banco:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, percentagem do rendimento líquido de vendas);
- Violação de acordos ou condições do empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Diminuição da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Classificação abaixo do nível do investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limites de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano, ou com uma periodicidade menor, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas à data de relato, numa análise caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas (incluindo a reconfirmação da sua aplicabilidade) e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em moldes colectivos é efectuada relativamente a: (i) carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limites de materialidade; e (ii) perdas que tenham sido incorridas mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiência histórica disponível com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

3.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros mitigadores do risco de crédito

	2016 MT	2,015 MT
Exposição ao de risco de crédito relativo às rubricas do Balanço:		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10,706,529,462	6,494,370,751
Derivados	29,749,301	344,783,085
Activos detidos para negociação	462,390,452	2,046,872,861
Activos financeiros	13,945,094,328	6,989,639,550
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20,697,394,837	20,317,787,193
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	6,841,364,781	6,268,209,600
- Empréstimos hipotecários	2,288,361,425	2,112,257,239
- Vendas a prestações e locações financeiras	503,013,778	626,577,247
- Cartões de crédito	218,653,133	165,248,944
- Outros empréstimos e adiantamentos	3,831,336,444	3,364,126,170
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	4,171,768,609	21,167,216,109
- Empréstimos a grandes empresas	4,171,768,609	21,167,216,109
Investimentos em capital	-	42,296,908
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:		
Cartas de crédito	143,835,472	398,239,549
Garantias financeiras	6,314,865,776	4,277,697,441
Total	83,312,993,016	68,347,113,047

A tabela na nota 3.1.4 representa o pior cenário de exposição do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro, não tendo sido considerado o justo valor das garantias obtidas ou de outros colaterais de crédito. Relativamente aos activos apresentados no Balanço, as exposições apresentadas na nota 3.14 (b) baseiam-se nas quantias escrituradas líquidas reportadas no Balanço.

Tal como acima demonstrado, 73% do total da exposição máxima é obtida a partir de empréstimos e adiantamentos a Bancos e clientes (2015: 80%); 20% representam os activos financeiros disponíveis-para-venda (2015: 12%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de empréstimos e adiantamentos e dos investimentos financeiros, com base no seguinte:

- 92% da carteira de empréstimos e adiantamentos encontra-se classificada nas duas primeiras posições do sistema de classificação interna (2015: 98%);
- Os empréstimos hipotecários, as vendas a prestações e as locações financeiras são suportados por garantias;
- As grandes empresas têm gestores de acompanhamento responsáveis por monitorar o desempenho dos clientes e outros factores que possam indicar potenciais incumprimentos.



“Como importar da China com sucesso?”

“Converta METICAIS para YUAN no Standard Bank”



A partir de agora já é possível pagar no Standard Bank as suas facturas de importação directamente na moeda chinesa (Yuan), evitando custos cambiais adicionais, resultantes de pagamentos em dólar americano e habilitando-se a preços mais competitivos do produto importado.

Para mais informações dirija-se ao balcão do Standard Bank ou visite www.standardbank.co.mz

Linha do cliente 24/7: +258 21329777 / 800412412 (grátis)



Relativamente aos activos financeiros, 100% (2015: 80%) dizem respeito aos instrumentos emitidos pelo Banco Central e Governo de Moçambique.

	2016 MT	2015 MT
Empréstimos e adiantamentos		
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade	25,864,457,804	23,890,658,983
Vencido mas sem imparidade	2,737,492,937	3,096,946,364
Em imparidade individual	2,411,182,648	447,820,362
Valor bruto	31,013,133,389	27,435,425,709
Imparidade	(1,524,890,040)	(562,172,884)
Valor líquido	29,488,243,349	26,873,252,825
Empréstimos e adiantamentos a Bancos		
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade		
	20,697,394,837	20,317,787,193
Valor bruto	20,697,394,837	20,317,787,193
Imparidade	-	-
Valor líquido	20,697,394,837	20,317,787,193

(a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco (ver a nota 3.1.1).

(b) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade.

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo sofrido imparidade a menos que exista informação que indique o contrário (ver a nota 3.1.1).

“Como impulsionar esta economia?”

“Conectando o Mundo à Baía de Maputo”





PORTO DE MAPUTO

O Porto de Maputo, agora, é mais competitivo no mercado internacional. Hoje, Moçambique pode receber maior volume de tráfego marítimo, criando um efeito positivo na economia do país.

O Standard Bank contribuiu assim para este crescimento estruturando e financiando a operação de dragagem do Canal do Porto de Maputo.

www.standardbank.co.mz

Standard Bank Seguindo em Frente

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas sem imparidade	Total de empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de Empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidade	Crédito com imparidade líquido
	Classe A	Classe B	Classe C						
	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	20,697,394,837	-	-	-	20,697,394,837	-	20,697,394,837	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,592,103,589	7,559,525,903	15,712,828,312	2,737,492,937	28,601,950,741	2,411,182,648	31,013,133,389	1,757,831,599	653,351,049
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	794,279,371	2,312,567,593	2,138,868,022	1,165,295,742	6,411,010,727	430,354,053	6,841,364,780	288,687,518	141,666,535
Empréstimos hipotecários	169,975,653	831,709,120	800,375,183	354,341,373	2,156,401,329	131,959,509	2,288,360,838	170,457,381	(38,497,872)
Vendas a prestações e locações financeiras	52,724,124	200,315,566	192,703,486	42,333,249	488,076,425	14,937,353	503,013,778	2,286,742	12,650,612
Cartões de crédito	51,984,953	87,617,456	39,031,037	29,960,740	208,594,186	10,058,948	218,653,133	-	10,058,948
Outros empréstimos e adiantamentos	519,594,642	1,192,925,451	1,106,758,315	738,660,379	3,557,938,787	273,398,244	3,831,337,031	115,943,395	157,454,848
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	1,797,824,217	5,246,958,310	13,573,960,291	1,572,197,196	22,190,940,014	1,980,828,595	24,171,768,609	1,469,144,081	511,684,514
Empréstimos a grandes empresas	1,797,824,217	5,246,958,310	11,861,397,546	1,572,197,196	20,478,377,270	1,980,828,595	22,459,205,864	1,469,144,081	511,684,514
Financiamento imobiliário	-	-	1,712,562,744	-	1,712,562,744	-	1,712,562,744	-	-
Em Dezembro de 2016	23,289,498,425	7,559,525,903	15,712,828,312	2,737,492,937	49,299,345,577	2,411,182,648	51,710,528,225	1,757,831,599	653,351,049
Em Dezembro de 2015	20,317,787,193	23,995,160,482	-	3,043,215,278	47,356,162,953	404,810,881	47,760,973,834	220,865,449	183,945,432

(c) Empréstimos e adiantamentos individualmente em imparidade

	Padrão	Menção especial	Total de empréstimos em cumprimento	Sub-Padrão	Duvidoso	Prejuízos	Total de empréstimos em incumprimento	Total de empréstimos	Empréstimos em imparidade com garantia	Empréstimos líquidos de imparidade
	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT
	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25,754,371,444	2,847,579,296	28,601,950,741	2,180,919,070	55,437,305	174,826,272	2,411,182,648	31,013,133,389	1,757,831,599	29,255,301,790
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	5,245,714,985	1,165,295,742	6,411,010,727	200,090,476	55,437,305	174,826,272	430,354,053	6,841,364,780	288,687,518	6,552,677,262
Empréstimos hipotecários	1,802,059,956	354,341,373	2,156,401,329	36,363,618	10,500,290	85,096,187	131,960,096	2,288,361,425	170,457,381	2,117,904,044
Vendas a prestações e locações financeiras	445,743,176	42,333,249	488,076,425	6,422,903	-	8,514,451	14,937,353	503,013,778	2,286,742	500,727,037
Cartão de crédito	178,633,446	29,960,740	208,594,186	8,094,248	1,647,197	317,503	10,058,948	218,653,133	-	218,653,133
Outros empréstimos e adiantamentos	2,819,278,408	738,660,379	3,557,938,787	149,209,707	43,289,819	80,898,131	273,397,657	3,831,336,444	115,943,395	3,715,393,048
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	20,508,656,459	1,682,283,555	22,190,940,014	1,980,828,595	-	-	1,980,828,595	24,171,768,609	1,469,144,081	22,702,624,528
Empréstimos a grandes empresas	18,796,093,715	1,682,283,555	20,478,377,270	1,980,828,595	-	-	1,980,828,595	22,459,205,864	1,469,144,081	20,990,061,783
Financiamento imobiliário	1,712,562,744	-	1,712,562,744	-	-	-	-	1,712,562,744	-	1,712,562,744
Em 31 de Dezembro de 2016	25,754,371,444	2,847,579,296	28,601,950,741	2,180,919,070	55,437,305	174,826,272	2,411,182,648	31,013,133,389	1,757,831,599	29,255,301,790
Em 31 de Dezembro de 2015	23,987,399,501	3,043,215,278	27,030,614,779	298,330,382	68,290,537	38,189,962	404,810,881	27,435,425,660	171,539,071	27,263,886,587


*555#

QuiQ

Mais rápido e prático

Agora já pode aceder ao seu Banco no exterior

Nem precisa de ter crédito ou internet no celular



(d) Empréstimos e adiantamentos a Bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos individuais com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2016 foi nulo (2015: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

(e) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos de pagamento, planos de gestão externa aprovados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta em atraso passa a ser considerada uma conta em situação normal e é gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores responsáveis, indicam que os pagamentos terão forte probabilidade de continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo e é mais comum a reestruturação ser aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT 2 106 660 884 (2015: MT 195 375 223).

	2016 MT	2015 MT
Categoria		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,106,660,884	195,375,223
Banca de particulares e negócio	39,952,946	195,375,223
Vendas a prestações e locações financeiras	-	-
Outros empréstimos e adiantamentos	39,952,946	195,375,223
Banca de Grandes empresas e de Investimentos	2,066,707,938	195,375,223
Empréstimos a grandes empresas	2,066,707,938	-
Operações de locação financeira imobiliária	-	-
Total	2,106,660,884	195,375,223

3.1.5 Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

(a) Sectores geográficos

O Banco atribui exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseadas em Moçambique.

(b) Sectores Industriais (Empréstimos e adiantamentos a clientes)

	2016 MT	2015 MT
Análise sectorial		
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	845,680,519	741,248,320
Mineração e Pedreiras	2,701,352	13,979,900
Hotéis, restaurantes e turismo	51,658,790	135,290,021
Indústria transformadora	6,644,160,206	5,893,088,194
Construção	222,733,702	1,101,957,299
Electricidade, gás e água	26,988,103	244,949,590
Transporte, Armazenamento e Distribuição	1,895,744,583	574,181,688
Comunicação	557,181,567	937,005,166
Intermediários Financeiros e Seguros	291,104,917	283,190,625
Comércio a grosso e a retalho/ Reparação de itens específicos	6,017,019,420	5,406,015,626
Serviços às Empresas	71,988,666	203,344,070
Indústria Imobiliária	1,472,197,149	1,962,987,864
Infraestruturas	6,266,593,289	5,064,276,867
Outros	6,647,381,126	4,873,910,395
Total	31,013,133,389	27,435,425,625

3.1.6 Imparidade de crédito

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de empréstimos e adiantamentos:

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Devedores nos cartões de crédito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT
Empréstimos em incumprimento						
Saldo de abertura	14,499,429	14,956,576	3,789,036	87,939,388	55,000,022	176,184,451
Contas com imparidade abatidas (write-offs)	(3,479,832)	(13,184,565)	(4,060,589)	(164,708,763)	-	(185,433,748)
Provisões líquidas constituídas	55,262,867	6,913,243	13,672,859	205,851,130	79,110,540	360,810,638
Saldo no fim do ano	66,282,464	8,685,254	13,401,306	129,081,754	134,110,562	351,561,341
Empréstimos em cumprimento						
Saldo de abertura	10,989,526	6,776,203	2,847,610	60,736,668	304,638,727	385,988,734
Provisões líquidas (reversão)/dotação	22,763,205	1,662,506	4,655,805	16,700,242	741,558,207	787,339,964
Saldo de fecho	33,752,731	8,438,709	7,503,415	77,436,910	1,046,196,934	1,173,328,698
Total	100,035,195	17,123,963	20,904,721	206,518,664	1,180,307,496	1,524,890,039

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Devedores nos cartões de crédito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT
Empréstimos em incumprimento: Imparidade específica						
Saldo de abertura	5,495,907	31,148,134	3,351,415	124,592,558	55,000,022	219,588,036
Contas com imparidade abatidas (write-off)	-	(24,566,375)	(6,749,902)	(176,177,027)	-	(207,493,304)
Provisões líquidas (reversão)/dotação	9,003,522	8,374,817	7,187,523	139,523,857	-	164,089,418
Saldo de fecho	14,499,429	14,956,576	3,789,036	87,939,388	55,000,022	176,184,150
Empréstimos em cumprimento: imparidade colectiva						
Saldo de abertura	4,341,243	10,536,303	5,811,011	80,463,354	100,144,480	201,296,391
Provisões líquidas (reversão)/dotação	6,648,283	(3,760,100)	(2,963,401)	(19,726,686)	204,494,247	184,692,343
Saldo de fecho	10,989,526	6,776,203	2,847,610	60,736,668	304,638,727	385,988,734
Total	25,488,955	21,732,779	6,636,646	148,676,056	359,638,749	562,172,884

a) Abates

Os abates ocorrem quando, e na medida em que, uma dívida é considerada irrecuperável no todo ou em parte. O momento e a magnitude dos abates envolvem julgamentos subjectivos. De seguida, explicam-se as regras que se aplicam aos abates de contas em diferentes categorias:

- Rastreamento: as contas devem ser saneadas quando houver evidência de que o cliente está a residir no exterior ou se for reportado por parte de dois agentes de rastreamento independentes a incapacidade de localizar os activos;
- Área Jurídica: questões legais que se tornam prolongadas incluindo aquelas onde não é economicamente viável prosseguir com a acção judicial. Para questões relacionadas com fraude as contas são saneadas quando se tornar evidente que os activos não são recuperáveis;
- Insolvência: as contas são saneadas aquando do recebimento dos rendimentos da venda dos activos isentos de encargos do estado e do dividendo antecipado do contrato de venda a prazo;
- Sucessão por morte: onde não existe seguro de vida da conta e os activos do falecido não forem suficientes para liquidar a dívida, o activo é recuperado e vendido. No caso dos activos do falecido serem insuficientes para liquidar o remanescente da dívida, a conta é saneada.

b) Recuperações

Todas as contas saneadas devem ser revistas para determinar as que são definitivamente irrecuperáveis e as que ainda podem ser recuperadas. Nesta conjuntura, o oficial responsável deve assegurar que todos os activos relacionados com os colaterais foram realizados. Ou seja, as políticas que foram cedidas são objecto de renúncia, os activos são recuperados e vendidos, se possível, e as propriedades vendidas numa execução judicial.

A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se consideram ter algum potencial para recuperação devem ser sub-contratadas a agentes ou deve ser instituída uma acção legal. A acção legal está relacionada com o montante do saldo a liquidar uma vez que os litígios representam um longo e dispendioso processo. Todas as vias em matéria de sub-contratação devem ser esgotadas antes disso e a decisão nesse sentido deve vir do Director de Crédito ou Gestor de Reabilitação e Recuperações (de acordo com o mandato).

3.1.7 Análise sectorial de imparidade de crédito

A análise sectorial da imparidade de crédito de empréstimos em incumprimento é apresentada no quadro abaixo:

	2016 MT	2015 MT
Análise sectorial		
Agricultura	5,774,877	55,946,334
Serviços às empresas	-	4,478,519
Construção	19,291,106	6,791,906
Particulares	124,495,617	76,669,454
Outros serviços	29,836,015	15,160,923
Transporte	-	14,822,100
Comércio a grosso	172,163,726	2,314,914
	351,561,341	176,184,150

3.2 Risco de Mercado

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são controladas numa base diária. A nota 3.2.4 abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial em 31 de Dezembro de 2016. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco ao valor contabilístico por moeda.

3.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

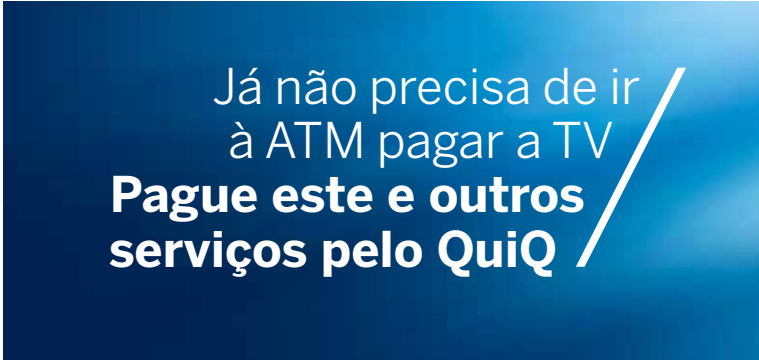
As principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para mensurar e controlar o risco de mercado são as seguintes:

3.2.2 Risco Cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são controladas numa base diária. A nota 3.2.4 abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial em 31 de Dezembro de 2016. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco ao valor contabilístico por moeda.

3.2.3 Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro consiste na flutuação dos fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, podendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis permitidos de alteração das taxas de juro, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco. A nota 3.4 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui o valor contabilístico dos instrumentos financeiros do Banco classificados pelo preço contratual recém fixado ou pelas datas de maturidade, dos dois o que ocorrer em primeiro lugar.





Risco cambial (MT)	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2016							
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	5,028,590,987	310,660,115	4,376,541	4,970,020,275	392,881,543	-	10,706,529,462
Derivados	-	-	-	29,749,301	-	-	29,749,301
Activos detidos para negociação	-	-	-	462,390,452	-	-	462,390,452
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	13,945,094,328	-	-	13,945,094,328
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15,722,342,287	1,744,492,402	93,000,250	1,626,647,411	1,214,248,831	296,663,655	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10,896,958,562	260,249,606	-	18,294,440,845	36,594,336	-	29,488,243,349
Activos do fundo de pensões	-	-	-	101,697,000	-	-	101,697,000
	31,647,891,837	2,315,402,124	97,376,791	39,430,039,612	1,643,724,710	296,663,655	75,431,098,728
Passivos							
Derivados	3,552,702	-	-	-	-	-	3,552,702
Recursos de clientes	29,354,478,546	2,340,634,418	99,350,058	27,918,722,334	1,617,820,573	266,112,332	61,597,118,261
Passivos por imposto corrente	-	-	-	220,532,431	-	-	220,532,431
Emprestimos subordinados	-	-	-	1,299,410,861	-	-	1,299,410,861
Responsabilidade com a assistência médica pós-reforma	-	-	-	47,021,000	-	-	47,021,000
	29,358,031,247	2,340,634,418	99,350,058	29,485,686,626	1,617,820,573	266,112,332	63,167,635,254
Valor líquido	2,289,860,589	(25,232,294)	(1,973,267)	9,944,352,986	25,904,137	30,551,323	12,263,463,474
Em 31 de Dezembro de 2015	1,068,119,728	14,070,738	(1,390,008)	9,685,858,067	(38,729,902)	(44,499,828)	10,683,428,795

A tabela abaixo indica a sensibilidade do Banco no final do ano relativamente a variações de taxa de câmbio das principais moedas a que o Banco está exposto por via dos seus instrumentos financeiros. As percentagens indicadas abaixo representam a variação das taxas de câmbio em relação ao ano anterior. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros específicas, permanecem constantes. A análise foi realizada de forma consistente com o período anterior. As taxas são em Meticais para uma unidade de moeda estrangeira.

	USD	ZAR	EUR	GBP
Taxas Forex em 31 de Dezembro				
2016	71.35	5.20	75.16	87.90
2015	45.90	2.94	50.04	68.06
2014	33.33	2.88	40.41	51.93
Movimentos (%)				
2016	-55%	-77%	-50%	-29%
2015	-38%	-2%	-24%	-31%
Posição líquida da moeda				
2016	(3,457,129)	42,513	7	-
2015	(10,865,054)	9,152	7	-

O impacto nos (ganhos)/perdas sobre os números reportados utilizando as taxas e os movimentos acima é definido como segue:

2016	1,916,861	(32,680)	(3)	-
2015	4,097,622	(188)	(2)	-

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 2% em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento sobre os (ganhos)/perdas:

2016	38,337	(654)	(0)	-
2015	81,952	(4)	-	-

Se as moedas estrangeiras enfraquecerem/ fortalecerem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto sobre os resultados.

3.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO BALANÇO ÀS TAXAS DE JURO (MT)

	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 de anos	Sem juros	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	-	-	10,706,529,462	10,706,529,462
Derivados	-	-	-	-	-	29,749,301	29,749,301
Activos detidos para negociação	-	-	462,390,452	-	-	-	462,390,452
Activos financeiros	2,345,744,942	4,188,236,623	5,829,999,130	1,581,113,633	-	-	13,945,094,327
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10,759,166,246	2,662,704,946	286,268,302	-	-	6,989,255,342	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7,545,294,940	4,163,247,537	3,837,028,071	4,265,054,523	8,742,369,557	935,248,722	29,488,243,349
	20,650,206,128	11,014,189,106	10,415,685,955	5,846,168,156	8,742,369,557	18,660,782,826	75,329,401,728
Passivos							
Derivados	-	-	-	-	-	3,552,702	3,552,702
Recursos de clientes	17,142,798,952	2,271,365,103	2,654,771,367	3,998,100	-	39,524,184,739	61,597,118,261
Empréstimos subordinados	-	23,364,194	275,046,667	-	1,001,000,000	-	1,299,410,861
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma	-	-	-	-	-	47,021,000	47,021,000
	17,142,798,952	2,294,729,297	2,929,818,034	3,998,100	1,001,000,000	39,574,758,441	62,947,102,824
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	3,507,407,176	8,719,459,809	7,485,867,922	5,842,170,056	7,741,369,557	(20,913,975,615)	12,382,298,905
Em 31 de Dezembro de 2015	11,542,880,867	7,981,086,732	2,230,786,111	3,552,553,501	11,161,141,839	(25,309,584,258)	11,158,864,792

3.4 Análise de sensibilidade às taxas de juro

Sensibilidade do rendimento de juros a uma mudança de 200 pontos base nas taxas de juro:
O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são controladas numa base diária. Uma das principais técnicas utilizadas para avaliar e monitorizar o risco de mercado é análise dos proveitos de juros em risco (IEaR).

Os proveitos de juros em risco (Interest Earnings at Risk - AEaR) exprimem o grau de sensibilidade da margem financeira a um determinado choque nas taxas de juro, num determinado intervalo temporal.

	2% Alto	2% Baixo
Moeda nacional	8.1%	-6.3%
Moeda estrangeira	25.7%	-13.8%

Uma variação das taxas de juro em meticais de mais ou menos 2% hoje resultaria numa variação de mais 8.1% ou menos 6.3%, respectivamente na margem financeira do Banco.

3.5 Risco de liquidez

A natureza das actividades bancárias e comerciais do Banco dá origem a uma exposição contínua ao risco de liquidez. O risco de liquidez surge quando o Banco, apesar de ser solvente, se revela incapaz de manter ou gerar recursos de caixa suficientes para satisfazer as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou quando só o pode fazer em termos substancialmente desvantajosos. Este tipo de evento pode surgir quando as contrapartes que fornecem o financiamento de curto prazo ao Banco retirarem ou não passarem os financiamentos para o ano seguinte ou se activos normalmente líquidos se tornam ilíquidos em resultado de uma desvalorização generalizada nos mercados de activos.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o tipo de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

3.5.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O principal comité de governação responsável pela supervisão do risco de liquidez é o Comité de Activos e Passivos (ALCO). O ALCO é presidido pelo Administrador Delegado (CEO), é um subcomité da Comissão Executiva (EXCO), e tem as seguintes competências:

- Assegurar um balanço estruturalmente sólido, identificar e gerir discrepâncias de liquidez estrutural;
- Determinar e aplicar um perfil comportamental;
- Gerir os fluxos de caixa de longo prazo;
- Preservar uma base de financiamento diversificada;
- Reportar sobre os requisitos de financiamento de longo prazo;
- Avaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeira;
- Estabelecer o risco de liquidez.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o carácter de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

O processo de gestão de liquidez do Banco é da responsabilidade de uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e compreende os seguintes aspectos:

- Financiamento do dia a dia, gerido pelo controlo dos fluxos de caixa futuros, para assegurar que as exigências possam ser satisfeitas incluindo a reposição de fundos vencidos ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;

- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço comparando com os limites internos e do regulador; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades das dívidas.

O controlo e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e meses seguintes, respectivamente, uma vez que os mesmos constituem os períodos-chave de gestão da liquidez. O ponto de partida dessas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de cobrança esperada dos activos financeiros.

A gestão controla igualmente os activos não correspondentes de médio prazo, o nível e o tipo de compromissos de empréstimos não utilizados, a utilização de descobertos bancários e o impacto dos passivos contingentes, tais como, cartas de crédito e garantias.

3.5.2.Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa independente do departamento financeiro, para manter uma grande diversificação por moedas, por sector geográfico, por fornecedor, por produto e por prazo.

Em 31 de Dezembro de 2016	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10,706,529,462	-	-	-	-	-	-	10,706,529,462
Derivados	-	1,248,810	28,500,427	-	-	-	-	29,749,237
Activos detidos para negociação	-	-	-	462,390,452	-	-	-	462,390,452
Activos financeiros	-	2,380,808,052	4,247,442,865	5,829,999,130	1,581,113,633	-	-	14,039,363,679
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6,989,255,342	10,759,166,246	2,662,704,946	286,268,302	-	-	-	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,787,492,371	33,574,891	4,170,003,936	3,855,905,049	4,384,173,779	10,550,054,315	974,385,218	30,755,589,558
	24,483,277,175	13,174,797,999	11,108,652,174	10,434,562,933	5,965,287,412	10,550,054,315	974,385,218	76,691,017,225
Passivos								
Derivados	-	3,552,702	-	-	-	-	-	3,552,702
Deposits from customers	54,692,234,819	1,847,674,720	2,271,365,103	2,654,771,367	3,998,100	-	-	61,470,044,108
Empréstimos subordinados	-	-	85,474,375	434,274,375	473,835,000	1,237,917,500	-	2,231,501,250
	54,692,234,819	1,851,227,421	2,356,839,478	3,089,045,742	477,833,100	1,237,917,500	-	63,705,098,060
Diferencial de maturidade do balanço	(30,208,957,644)	11,323,570,577	8,751,812,696	7,345,517,191	5,487,454,312	9,312,136,815	974,385,218	12,985,919,165
Em 31 de Dezembro de 2015	(41,218,808,546)	27,956,273,579	7,995,189,726	2,189,910,325	3,283,250,891	10,948,520,731	-	11,154,336,721

3.5.3 Fluxos de Caixa Derivados

Os derivados do Banco, incluem contratos cambiais derivados. A tabela na alinea a) abaixo divulga os instrumentos financeiros derivados do Banco, em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data de relato da maturidade contratual. Os montantes divulgados no quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

O justo valor dos derivados é reconhecido no Balanço e é compensado quando houver um direito legal e uma intenção de liquidação.

(a) Derivados liquidados detidos para negociação numa base líquida

	Justo valor de activos	Contrato/Valor nominal	1 ano	1 – 5 anos	+ de 5 anos
	2016	2016	2016	2016	2016
	MT	MT	MT	MT	MT
31 de Dezembro de 2016					
Derivados					
Taxa de câmbio a prazo dos activos	29,749,301	29,749,301	29,749,301	-	-
Taxa de câmbio a prazo dos passivos	(3,552,702)	(3,552,702)	(3,552,702)	-	-
Derivados líquidos	26,196,599	26,196,599	26,196,599	-	-
31 de Dezembro de 2015					
Derivados					
Taxa de câmbio a prazo dos activos	344,783,085	344,783,085	344,783,085	-	-
Taxa de câmbio a prazo dos passivos	(329,097,575)	(329,097,575)	(329,097,575)	-	-
Derivados líquidos	15,685,510	15,685,510	15,685,510	-	-

3.5.4 Itens fora do Balanço

O banco detinha os seguintes itens fora do balanço em 31 de Dezembro:

	2016	2015
	MT	MT
Garantias	143,835,472	4,277,697,441
Cartas de crédito	6,314,865,776	398,239,549
	6,458,701,248	4,675,936,990

3.6 Risco operacional

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras devido a especificidades contratuais dos seus funcionários e falhas das infraestruturas de tecnologia, desastres, influências externas e relações comerciais com clientes. O risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos, de negócio e de reputação. O risco operacional pode resultar de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional divide-se por eventos de frequência elevada/severidade baixa que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e eventos de baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem resultar em perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se para mitigar estes riscos através da manutenção de uma

estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valores robusto. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, que estão documentados em diversos manuais que são objecto de revisão periódica para contemplar necessidades de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

3.7 Risco de solvência

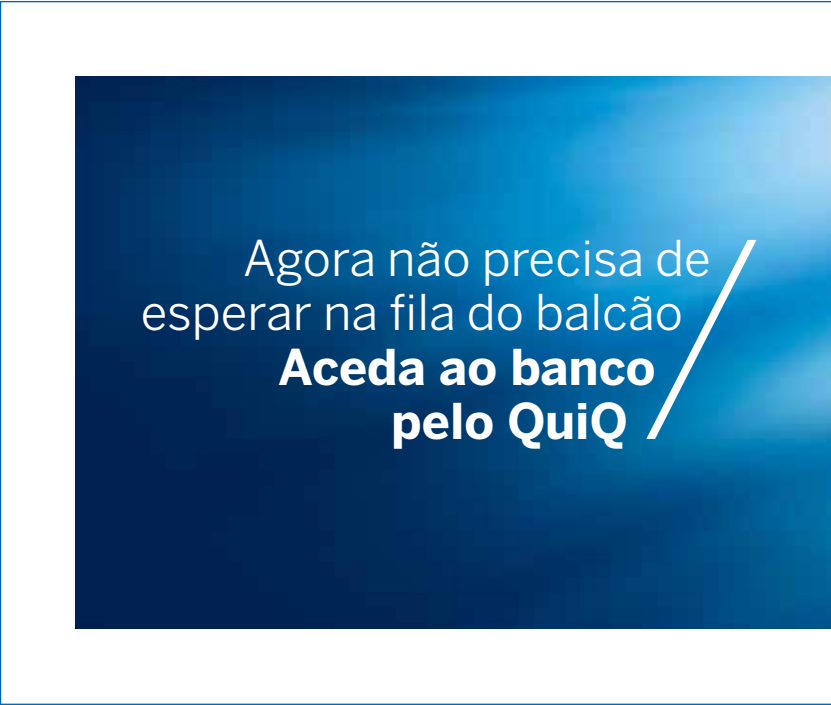
O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência é mensurado pelo rácio de solvência, que requer que o capital seja mantido em relação a classificações de activos ponderados pelo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvência acima do mínimo de 8% (2015: 8%). O rácio de solvência do Banco em 31 de Dezembro de 2016 foi de 16.96% (2015: 15.31%).

Em 31 de Dezembro de 2016	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10,706,529,462	-	-	-	-	-	-	10,706,529,462
Derivados	-	1,248,810	28,500,427	-	-	-	-	29,749,237
Activos detidos para negociação	-	-	-	462,390,452	-	-	-	462,390,452
Activos financeiros	-	2,380,808,052	4,247,442,865	5,829,999,130	1,581,113,633	-	-	14,039,363,679
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6,989,255,342	10,759,166,246	2,662,704,946	286,268,302	-	-	-	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,787,492,371	33,574,891	4,170,003,936	3,855,905,049	4,384,173,779	10,550,054,315	974,385,218	30,755,589,558
	24,483,277,175	13,174,797,999	11,108,652,174	10,434,562,933	5,965,287,412	10,550,054,315	974,385,218	76,691,017,225
Passivos								
Derivados	-	3,552,702	-	-	-	-	-	3,552,702
Deposits from customers	54,692,234,819	1,847,674,720	2,271,365,103	2,654,771,367	3,998,100	-	-	61,470,044,108
Empréstimos subordinados	-	-	85,474,375	434,274,375	473,835,000	1,237,917,500	-	2,231,501,250
	54,692,234,819	1,851,227,421	2,356,839,478	3,089,045,742	477,833,100	1,237,917,500	-	63,705,098,060
Diferencial de maturidade do balanço	(30,208,957,644)	11,323,570,577	8,751,812,696	7,345,517,191	5,487,454,312	9,312,136,815	974,385,218	12,985,919,165
Em 31 de Dezembro de 2015	(41,218,808,546)	27,956,273,579	7,995,189,726	2,189,910,325	3,283,250,891	10,948,520,731	-	11,154,336,721

3.8 Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.



ção hierárquica de cinco níveis de ponderação, classificados de acordo com a natureza de cada activo e contraparte, reflectindo uma estimativa do risco de crédito, risco de mercado e outros riscos associados,, tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a composição do capital regulamentar e os rácios do Banco. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente todos os requisitos de capital.

Rácio de adequação do capital próprio

	2016	2015
	MT	MT
Capital próprio		
Capital de base	7,874,302	5,167,136
Capital complementar	1,097,153	1,145,653
	8,971,456	6,312,789
Capital regulamentar		
Risco de crédito	50,300,764	39,847,414
Risco operacional e de mercado	2,605,249	1,388,697
Activo ponderado por risco	52,906,013	40,229,014
Rácio de adequação do capital próprio	16.96%	15.31%

4. Avaliação de activos e passivos financeiros e não financeiros

4.1 Instrumentos não financeiros

O Banco mensura o justo valor dos edifícios usando um modelo de reavaliação. Os edifícios encontram-se contabilizados ao valor reavaliado que é o seu justo valor à data da reavaliação menos qualquer depreciação subsequente.

Os edifícios são reavaliados periodicamente de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente de reavaliação é apresentado como uma reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até ser realizado, altura em que é transferido directamente para resultados acumulados.

Durante o ano não foi efectuada nenhuma reavaliação aos edifícios. No ano anterior foi realizada, por um perito independente, uma reavaliação dos edifícios. O resultado foi um excedente de revalorização de MT 572 248 848. A reconciliação detalhada do impacto da reavaliação está incluída na Demonstração das alterações dos capitais próprio e, adicionalmente, na nota explicativa nº 17.1

	2016	2015
	MT	MT
Custo	3,096,413,260	2,220,043,729
Reavaliação	-	572,248,848
Depreciação acumulada	(323,491,508)	(263,797,439)
Valor contabilístico	2,772,921,751	2,528,495,138



4.2 Instrumentos financeiros

O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na sua mensuração:

Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2: Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de valorização inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, onde ajustamentos ou pressupostos não-observáveis significativos são necessários para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos é baseado em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina o justo valor utilizando técnicas internas de valorização.

As técnicas de valorização incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e inputs utilizados em técnicas de valorização incluem as taxas de juro de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, os preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é calcular o justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato e que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda, que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa por parte da Administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e “inputs” do modelo para derivados transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como as permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da Administração, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação do justo valor. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

Informação de justo valor

A gestão entende que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima apresentados são uma aproximação razoável do justo valor, uma vez que qualquer diferença entre o valor contabilístico e o justo valor é considerada imaterial.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é classificada.

		2016 MT	2015 MT
	Nota	Nível 2	Nível 2
31 de Dezembro de 2016			
Derivados	13	29,749,301	344,783,085
Activos detidos para negociação	13	462,390,452	2,046,872,861
Activos financeiros	14	13,945,094,328	6,989,295,496
		14,437,234,081	9,380,951,442
Derivados	13	3,552,702	329,097,575
Passivos detidos para negociação		-	-
		3,552,702	329,097,575

Técnicas de valorização dos instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor

INSTRUMENTOS	TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO	DADOS OBSERVÁVEIS
Derivados	O justo valor dos contratos de câmbio a termo é determinado usando taxas de câmbio a termo na data de relato, com o valor resultante descontado de volta ao valor presente.	Taxa de câmbio
Activos financeiros	Justo valor dos investimentos subjacentes	Justo valor dos investimentos subjacentes

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias.

Na classificação dos activos e passivos financeiros “detidos para negociação” o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para negociação estabelecidos na política contabilística 2.2(h).

Quando se designa os activos e passivos financeiros pelo justo valor através de resultados, o Banco determina que os mesmos satisfazem um dos critérios para esta designação, tal como estabelecido na política contabilística 2.2(h).

Na classificação dos activos financeiros como detidos até à maturidade, o Banco determinou que tem a intenção positiva e a capacidade de manter os activos até à data da sua maturidade, tal como exigido pela política contabilística 2.2(h).

Na classificação dos activos financeiros como disponíveis para venda, o Banco determinou que os mesmos não satisfazem outra classificação, tal como referido na política contabilística 2.2 (h).

As tabelas apresentadas nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros:

	Nota	Detidos para negociação MT	Empréstimos e contas a receber MT	Disponíveis para venda MT	Outros activos/passivos ao custo amortizado MT	Outros activos/passivos não financeiros MT	Total da valor contabilístico MT	Justo valor MT
Em 31 de Dezembro de 2016								
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	10,706,529,462	-	-	-	10,706,529,462	10,706,529,462
Derivados	13	29,749,301	-	-	-	-	29,749,301	29,749,301
Activos detidos para negociação	13	462,390,452	-	-	-	-	462,390,452	462,390,452
Activos financeiros	14	-	-	13,945,094,328	-	-	13,945,094,328	13,945,094,328
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	20,697,394,837	-	-	-	20,697,394,837	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	29,488,243,349	-	-	-	29,488,243,349	29,488,243,349
Outros activos	16	-	-	-	-	357,278,972	357,278,972	357,278,972
		492,139,753	60,892,167,648	13,945,094,328	-	357,278,972	75,686,680,700	75,686,680,700
Passivos financeiros								
Derivados	13	3,552,702	-	-	-	-	3,552,702	3,552,702
Recursos de clientes	24	-	-	-	61,597,118,261	-	61,597,118,261	61,597,118,261
Outros passivos	25	-	-	-	2,559,081,968	1,046,114,862	3,605,196,831	3,605,196,831
Empréstimos subordinados	26	-	-	-	1,299,410,861	-	1,299,410,861	1,299,410,861
		3,552,702	-	-	64,156,200,229	1,046,114,862	65,205,867,793	66,505,278,654

A gestão acredita que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais.

	Nota	Detidos para negociação MT	Empréstimos e contas a receber MT	Disponíveis para venda MT	Outros activos/passivos ao custo amortizado MT	Outros activos/passivos não financeiros MT	Total da valor contabilístico MT	Justo valor MT
Em 31 de Dezembro de 2016								
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	344,783,085	6,494,370,751	-	-	-	6,494,370,751	6,494,370,751
Derivados	13	2,046,872,861	-	-	-	-	2,046,872,861	2,046,872,861
Activos detidos para negociação	13	-	-	6,989,639,550	-	-	6,989,639,550	6,989,639,550
Activos financeiros	14	-	20,317,787,193	-	-	-	20,317,787,193	20,317,787,193
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	26,873,252,825	-	-	-	26,873,252,825	26,873,252,825
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	-	-	-	151,565,487	151,565,487	151,565,487
Outros activos	16	-	-	-	42,296,908	-	42,296,908	42,296,908
Investimentos em capital		2,391,655,946	53,685,410,769	6,989,639,550	42,296,908	151,565,487	63,260,568,660	63,260,568,660
Passivos financeiros								
		329,097,575	-	-	-	-	329,097,575	329,097,575
Derivados	13	-	-	-	49,871,227,620	-	49,871,227,620	49,871,227,620
Recursos de clientes	23	-	-	-	-	4,367,888,076	4,367,888,076	4,367,888,076
Outros passivos	25	-	-	-	1,297,169,000	-	1,297,169,000	1,297,169,000
Empréstimos subordinados	26	329,097,575	-	-	51,168,396,620	4,367,888,076	55,865,382,271	55,865,382,271

“Como importar da China com sucesso?”

“Converta METICAIS para YUAN no Standard Bank”

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

	2016 MT	2015 MT
5 Margem financeira		
Juros e rendimentos similares		
Operações do Mercado monetário	1,582,976,326	418,902,278
Empréstimos e adiantamentos	4,340,073,368	2,632,924,541
Títulos de investimento	307,360,788	261,750,646
	6,230,410,482	3,313,577,465
Juros e encargos similares		
Depósitos de Bancos e clientes	(444,801,449)	(377,520,902)
Depósitos no mercado monetário	(307,155,248)	(61,028)
Obrigações	(203,081,833)	(55,239,278)
	(955,038,530)	(432,821,208)
6 Rendimentos com taxas e comissões		
Taxas de pagamentos e transacções	597,039,620	494,726,710
Taxas de documentação e custos administrativos	133,179,454	100,075,480
Taxas de serviço	492,908,114	492,153,661
	1,223,127,188	1,086,955,851
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cartões de crédito	(7,059,977)	(4,984,788)
Honorários de consultoria	-	(11,811,800)
Comissões de garantia	-	(576,027)
	(7,059,977)	(17,372,615)

Todas as comissões reportadas acima referem-se a activos ou passivos financeiros não mensurados ao valor justo através de resultados.

	2016 MT	2015 MT
7 Resultado de operações financeiras		
Ganhos líquidos em transacções cambiais	3,222,839,845	3,348,446,570
8 Imparidade de Crédito		
Imparidade de empréstimos em cumprimento	787,212,925	184,980,352
Imparidade específica de empréstimos em incumprimento	360,787,697	164,089,719
Recuperações e reversões	(25,733,771)	(24,116,952)
	1,122,266,851	324,953,119

	2016 MT	2015 MT
9 Outros gastos operacionais		
Custos gerais e administrativos	1,465,654,891	1,156,799,573
Custos de locação operacional	111,896,373	72,336,807
Gastos com o pessoal (nota 9.1)	2,445,709,210	1,992,987,528
Depreciações e amortizações	278,714,759	187,713,286
Honorários dos Administradores e gestores seniores	7,297,418	3,595,696
Honorários pelos serviços prestados como administradores	7,297,418	3,595,696
	4,309,272,650	3,413,432,890
9.1 Gastos com o pessoal		
Salários e subsídios	2,213,217,754	1,867,935,301
Benefícios de pensão e reforma	81,267,338	53,125,869
Plano de acções do grupo	33,641,237	17,493,421
Outros custos relacionados com o pessoal	117,582,881	54,432,937
	2,445,709,210	1,992,987,528
10 Impostos		
10.1 Imposto Indirecto		
Imposto sobre valor acrescentado	203,848,664	181,896,627
10.2 Imposto directo		
Imposto corrente	1,304,802,881	1,001,692,789
Imposto diferido	(6,815,449)	19,294,021
	1,297,987,433	1,020,986,810
Reconciliação da taxa efectiva de impostos		
Resultado antes de impostos	4,282,739,506	3,378,503,427
Imposto à taxa em vigor de 32%	1,370,476,642	1,081,121,097
Ajustamentos ao imposto:		
Efeito do rendimento sujeito a taxas liberatórias deimposto	(179,271,449)	(74,492,498)
Impacto dos custos e rendimentos não dedutíveis	106,782,239	14,358,211
Impostos	1,297,987,433	1,020,986,810

11 Resultados por acção
Resultados por acção - básicos e diluídos

Os resultados por acção básicos e diluídos, no montante de MT 10.75 (2015: MT 9.11), baseiam-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, no montante de MT 2 780 903 410 (2015: MT 2 357 516 617), e são calculados com base na média ponderada do número das acções ordinárias emitidas de 258 800 000 (2015: 258 800 000).

	2016 MT	2015 MT
12 Caixa e disponibilidades no Banco Central		
Saldos de caixa	1,428,036,820	1,366,359,003
Depósitos no Banco de Moçambique	9,278,492,642	5,128,011,748
	10,706,529,462	6,494,370,751

O depósito detido no Banco de Moçambique inclui um saldo restrito para permitir que o Banco possa satisfazer os requisitos da reserva estatutária, que corresponde a um mínimo de 15.5% do total dos depósitos, nos termos do Aviso nr. 02/GBM/2016, emitido em 02 de Novembro de 2016, e de acordo com as actualizações do Banco Central. As reservas obrigatórias não rendem juros. O requisito mínimo de reserva de caixa foi de 8 666 854 milhares de Meticais em 2016 (2015: 5 104 657 milhares de Meticais) e os saldos de caixa representam as notas e moedas detidas no final do ano.

13 Activos detidos para negociação

Os instrumentos negociáveis comportam Obrigações que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo. Estes activos são classificados como instrumentos detidos para negociação.

	2016 MT	2015 MT
Obrigações		
Companhia de Moçambique/2013 Série I	20,216,386	20,530,432
Companhia de Moçambique/2013 Série II	48,695,188	51,516,603
Obrigações do Tesouro (OT/2013 Série III)	157,053,219	177,023,015
Obrigações do Tesouro (OT/2011)	-	394,931,309
Obrigações do Tesouro (OT 2014/ Série V)	236,425,658	245,618,393
	462,390,452	889,619,752
Investimentos a curto prazoa		
Crédito Interbancário	-	1,157,253,109
	462,390,452	2,046,872,861
Análise de maturidade contractual dos activos negociáveis		
Maturidade 1 á 6 meses	-	1,533,728,689
Maturidade 6 á 12 meses	462,390,452	-
Maturidade superior a 12 meses	-	513,144,172
	462,390,452	2,046,872,861

Companhia de Moçambique 2013 – Série I

Representam obrigações comerciais a 4 anos, emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos têm uma taxa de cupão fixa de 13%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

Companhia de Mocambique 2013 – Série 2

Representam obrigações comerciais a 4 anos, emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos apresenta uma taxa de cupão fixa de 12.75%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

Obrigações do Tesouro (OT/2011)

Representam as Obrigações a 5 anos, emitidas em 7 de Dezembro de 2011, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os primeiros 30 meses apresentam uma taxa de cupão fixa de 17%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de crédito interbancário acrescida de 0.5%. A maturidade destes instrumentos findou em 2016.

Obrigações do Tesouro (OT/2013 Série 3)

Representam as Obrigações do Tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Setembro de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9.875%. Estas Obrigações rendem juros a cada 6 meses.

Obrigações do Tesouro (OT/2014 Série 5)

Representam as Obrigações do Tesouro a 4 anos, emitidas em 21 de Agosto de 2014, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa fixa de 10.00%. Estas obrigações rendem juros a cada 6 meses.

Empréstimos interbancários a curto prazo

Representam um empréstimo a 3 meses do Standard Bank South Africa (SBSA), com início em 17 de Dezembro de 2016. A taxa de juro fixa foi de 0.79%. O capital e juros são pagos na data de maturidade. A maturidade destes instrumentos findou em 2016.

	2016 MT	2015 MT
13.1 Activos/passivos derivados		
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Activo	29,749,301	344,783,085
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Passivo	(3,552,702)	(329,097,575)
	26,196,599	15,685,510
14 Activos financeiros		
Mozabanco	-	148,118,849
Obrigações do Tesouro (OT 2011)	-	414,391,029
Obrigações do Tesouro (OT 2013 Série III)	124,795,911	137,790,984
Obrigações do Tesouro (OT 2014 Série VI)	360,278,391	521,599,138
Obrigações do Tesouro (OT 2014 Série VII)	55,851,565	62,891,666
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série I)	57,477,936	58,833,474
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série II)	11,783,076	11,860,440
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série III)	271,624,444	266,771,960
Obrigações do Tesouro 2015 (IVA)	1,181,021,935	1,150,876,475
Bilhetes do Tesouro		
Emitidos pelo Governo de Moçambique	11,882,261,069	4,216,505,535
	13,945,094,328	6,989,639,550

O perfil da maturidade contractual dos investimentos financeiros à data de relato é o seguinte:

	2016 MT	2015 MT
Bilhetes do Tesouro e obrigações		
Maturidade em 1 mês	2,345,744,942	548,684,307
Maturidade 1 a 6 meses	7,952,897,747	4,102,721,809
Maturidade 6 a 12 meses	2,065,338,006	149,052,894
Maturidade após 12 meses	1,581,113,633	2,189,180,540
	13,945,094,328	6,989,639,550

Obrigações do Mozabanco 2015

Representam obrigações a 1 ano, emitidas ao público em 30 de Outubro de 2015, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão ficou fixada em 13.50% com o pagamento de juros mensal.

Obrigações do Tesouro (OT/2011)

Representam obrigações a 5 anos, emitidas em 7 de Dezembro de 2011, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no final do ano era de MT 100. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os primeiros 30 meses apresentam uma taxa de cupão fixa de 17%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de crédito interbancário acrescida de 0.5%. A maturidade destes instrumentos findou em 2016.

Obrigações do Tesouro (OT/2013 Série III)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Setembro de 2013, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9.875%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Tesouro (OT/2014 Série VI)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 5 de Novembro de 2014, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 10.75%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Tesouro (OT/2014 Série VII)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 19 de Novembro de 2014, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10.25%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Tesouro (OT/2015 Série I)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 6 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Tesouro (OT/2015 Série 2)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 25 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Tesouro (OT/2015 Série 3)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 1 de Setembro de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Tesouro 2015 (IVA)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 21 de Abril de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 6.0%.



A taxa de cupão representa as taxas de juros médias ponderadas dos últimos 6 bilhetes do tesouro emitidos de mais de 63 dias acrescida de uma margem de 0.5%. Os juros são pagos a cada seis meses.

Bilhetes do Tesouro

O desconto nos Bilhetes de Tesouro varia de 6% a 30% (2015: 5.17% to 8.%), reconhecido em juros e rendimentos similares. Até à data de relato, o valor de MT 974 828 615 (2015: MT 55 123 255) não havia sido reconhecido em resultados como rendimentos provenientes dos juros obtidos.

Os Bilhetes do Tesouro não têm cotação na Bolsa. As Obrigações das Empresas e as Obrigações do Governo estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

Mensurações subsequentes de activos disponíveis para venda

A perda no justo valor, no montante de MT 103 744 848 (2015: ganho de MT 47 068 810), resultante da remensuração do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, foi reconhecida directamente em outro rendimento integral de acordo com a NIC 39. A base das taxas de desconto dos Bilhetes de Tesouro, acrescidas de uma margem de lucro contratual para obrigações de empresas e do governo e um spread de 0% para os Bilhetes de Tesouro, foi usada na reavaliação do justo valor.

Empréstimos e adiantamentos

15.1 Empréstimos e adiantamentos a bancos

	2016 MT	2015 MT
Contas correntes	6,989,255,342	5,318,457,040
Depósitos a prazo	13,708,139,495	14,999,330,153
	20,697,394,837	20,317,787,193

As maturidades dos depósitos noutros bancos apresentam-se como se segue:

	2016 MT	2015 MT
1 mês	17,746,442,780	19,950,439,087
1 mês a 3 meses	2,664,491,664	367,348,106
3 meses a 6 meses	286,460,393	-
6 meses a 12 meses	-	-
	20,697,394,837	20,317,787,193

15.2 Empréstimos e adiantamentos a clientes

	2016 MT	2015 MT
Empréstimos a prazo		
Moeda local	12,894,390,956	12,897,638,499
Moeda estrangeira	9,143,176,242	7,459,402,421
	22,037,567,198	20,357,040,920

Empréstimos a prazo em moeda estrangeira incluem cartas de crédito confirmadas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato, no montante de MT 40 770 449.

	2016 MT	2015 MT
Descobertos bancários		
Moeda local	6,339,400,286	4,803,444,614
Moeda estrangeira	176,027,144	1,843,231,277
	6,515,427,429	6,646,675,891

	2016 MT	2015 MT
Empréstimos em incumprimento		
Moeda local	558,951,168	293,343,516
Moeda estrangeira	1,901,187,593	138,365,382
	2,460,138,761	431,708,898
Total	31,013,133,389	27,435,425,709
Menos: provisões para imparidade		
- Imparidade da carteira	(1,173,328,698)	(385,988,734)
- Imparidade específica	(351,561,341)	(176,184,150)
Empréstimos e adiantamentos líquidos de clientes	29,488,243,349	26,873,252,825

15.3 Maturidade de empréstimos

1 mês	7,545,294,940	7,308,593,813
1 mês a 3 meses	4,163,247,537	4,292,346,341
3 meses a 1 ano	3,837,028,071	2,211,401,067
1 ano a 5 anos	13,007,424,079	13,191,375,590
Sem maturidade fixa	2,460,138,761	431,708,898
	31,013,133,389	27,435,425,709

Os empréstimos sem maturidade fixa representam os empréstimos em incumprimento de MT 2 460 138 761 (2015: MT 431 708 898) vencidos (consulte a nota 15.2).

	2016 MT	2015 MT
15.4 Imparidade de empréstimos e adiantamentos		
Saldo no início do ano	562,172,884	420,884,427
Empréstimos abatidos	(185,283,467)	(207,781,614)
Imparidade do exercício		
- específica (Nota 8)	787,212,925	164,089,719
- carteira (Nota 8)	360,787,697	184,980,352
Diferenças cambiais	-	-
Saldo no fim do ano	1,524,890,040	562,172,884
Compreendendo:		
Imparidade específica	1,173,328,698	176,184,150
Imparidade da carteira	351,561,341	385,988,734
Saldo no fim do ano	1,524,890,040	562,172,884

15.5 Locação financeira

O perfil da maturidade dos activos em locação financeira a partir da data de relato é como segue:

	2016 MT	2015 MT
Investimento bruto em prestações financeiras	794,885,426	969,219,493
Rendimento financeiro não obtido	(193,697,980)	(150,592,179)
Investimento líquido em prestações financeiras	601,187,446	818,627,314
A receber em 1 ano	350,321,484	494,333,372
A receber depois de 1 ano e até 5 anos	444,563,943	474,886,121
	794,885,426	969,219,493
16 Outros activos		
Outras contas a receber	184,950,129	77,275,388
Custos pré-pagos	116,725,455	66,070,104
Consumíveis	13,306,480	8,219,994
Investimentos	42,296,908	42,296,908
	357,278,972	193,862,394

As Outras contas a receber compreendem os devedores diversos, os devedores empregados e outros. Os devedores foram agrupados considerando que não se enquadram nas categorias dos itens divulgados separadamente.

17.1 Activos tangíveis

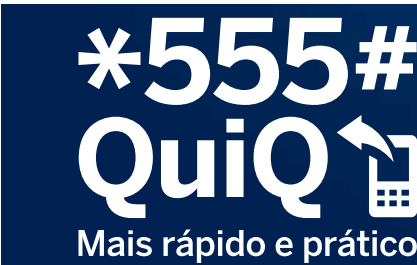
	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2016						
Valor contabilístico	2,528,495,138	189,286,373	48,163,952	412,245,982	336,226,061	3,514,417,506
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adições	70,658,674	271,900,673	5,779,290	18,656,876	100,657,565	467,653,078
Transferências	233,462,010	70,050,356	-	56,535,033	(282,465,620)	77,581,780
Abates	-	(8,145)	(58,250)	(98,195)	-	(164,590)
Depreciações	(59,694,070)	(129,614,710)	(14,975,918)	(72,797,066)	-	(277,081,764)
Em 31 de Dezembro de 2016	2,772,921,751	401,614,547	38,909,075	414,542,631	154,418,006	3,782,406,009
Em 31 de Dezembro de 2016						
Custo/avaliação	3,096,413,260	917,323,634	98,307,397	723,967,962	154,418,006	4,990,430,259
Depreciações acumuladas	(323,491,508)	(515,709,087)	(59,398,323)	(309,425,331)	-	(1,208,024,250)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2016	2,772,921,751	401,614,547	38,909,075	414,542,631	154,418,006	3,782,406,009

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2015						
Valor contabilístico	1,796,439,309	197,546,328	16,535,273	148,223,153	665,803,593	2,824,547,656
Reavaliação	572,248,848	-	-	-	-	572,248,848
Adições	71,462,070	29,802,795	33,215,115	21,799,733	176,363,848	332,643,563
Transferências	125,084,144	34,330,275	650,604	294,531,409	(505,941,380)	(45,344,949)
Abates	-	(831,155)	-	(116,067)	-	(947,222)
Depreciações	(36,739,233)	(71,561,871)	(8,237,041)	(52,192,246)	-	(168,730,391)
Em 31 de Dezembro de 2015	2,528,495,138	189,286,373	42,163,951	412,245,982	336,226,061	3,514,417,506
Em 31 de Dezembro de 2015						
Custo/avaliação	2,792,292,577	575,470,345	90,572,640	649,595,252	336,226,061	4,450,156,875
Depreciações acumuladas	(263,797,439)	(386,183,972)	(48,408,689)	(237,349,269)	-	(935,739,370)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2015	2,528,495,138	189,286,373	42,163,951	412,245,982	336,226,061	3,514,417,506

17.2 Activos intangíveis

	MT
Em 31 de Dezembro de 2016	
Valor contabilístico	148,222,615
Adições	23,217,886
Transferências	(77,581,780)
Amortização	(1,632,994)
Diferenças cambiais	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2016	92,225,726
Custo	246,617,763
Amortização acumulada	(154,392,037)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2016	92,225,726

Em 31 de Dezembro de 2015	
Valor contabilístico	36,912,943
Adições	85,221,106
Transferências	45,344,949
Amortização	(19,256,383)
Diferenças cambiais	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2015	148,222,615
Custo	300,981,658
Amortização acumulada	(152,759,043)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2015	148,222,615



Comprar Credelec ou fazer as compras da casa Agora já não precisa escolher



	2016 MT	2015 MT
18 Activo do fundo de pensões		
a. Valor contabilístico		
Balanço		
Valor presente das obrigações	(424,186,000)	(500,821,000)
Justo valor dos activos do plano	525,883,000	525,385,000
Activos líquidos do fundo de pensões	101,697,000	24,564,000
b. Resultados		
Custo de serviços correntes	-	78,000
Juros líquidos no passivo de benefícios definidos	(2,702,000)	(9,189,000)
	(2,702,000)	(9,111,000)
c. Reconciliação do balanço		
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	24,564,000	85,518,000
Custo líquido com pensões	2,702,000	9,111,000
Ganhos/perdas actuariais reconhecidos	74,431,000	(70,065,000)
Contribuições da empresa	-	-
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho em 31 de Dezembro	101,697,000	24,564,000
d. Pagamento de benefícios pós-emprego		
Saldo de abertura	500,821,000	470,620,000
Custo de serviços	-	78,000
Custo de juros	52,046,000	48,030,000
Ganhos/perdas actuariais	(73,337,000)	29,835,000
Benefícios pagos	(55,344,000)	(47,664,000)
Custos administrativos	-	(78,000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	424,186,000	500,821,000

As perdas respeitantes a obrigação de benefícios definidos resultam maioriatariamente dos seguintes factores:

- Variações nos pressupostos económicos;
- Aumento de pensões menor do que esperado;
- Experiência demográfica diferente do esperado; e
- Variações nos dados estatísticos.

Os factores acima contribuíram para a perda atuarial líquida da seguinte forma:

	2016 MT	2015 MT
Variações nos pressupostos económicos	(77,819,000)	5,662,000
Experiência	4,482,000	24,173,000
Aumento nas pensões	(10,839,000)	(15,561,000)
Experiência demográfica	12,320,000	45,334,000
Adição de pensionistas anteriormente excluídos	18,000	-
Correção nos dados estáticos	3,372,000	(1,323,000)
Outros itens diversos	(389,000)	(4,277,000)
Total	(73,337,000)	29,835,000
e. Activos do plano de benefícios pós-emprego		
Saldo de abertura	525,385,000	556,138,000
Retorno esperado dos activos	54,748,000	57,219,000
Contribuição do empregador	-	-
Prémios de risco e custos	-	(78,000)
Benefícios pagos	(55,344,000)	(47,664,000)
Ganho/Perda actuarial	1,094,000	(40,230,000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	525,883,000	525,385,000
f. Os activos dos fundos de pensões são representados como segue:		
Contas de depósitos e obrigações	1,214,861,074	1,029,298,131
Títulos de investimento	265,000,000	321,512,760
	1,479,861,074	1,350,810,891

Principais pressupostos actuariais
Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:

	2016	2015
Taxa de desconto	26%	11%
Retorno esperado dos activos do plano	26%	11%
Aumentos salariais futuros	20%	6%
Aumento futuro em pensões	5%	5%
Taxa de inflação	20%	6%
Idade prevista de reforma	65.5 anos	64.8 anos

Em 31 de Dezembro de 2016 o plano compreendia 0 (2015: 0) membros activos e 130 (2015: 133) reformados.

	2016 MT	2015 MT
19 Capital social		
19.1 Autorizado		
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1,294,000,000	1,294,000,000
19.2 Emitido e pago integralmente		
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1,294,000,000	1,294,000,000
Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.		
20 Reserva legal		
No início do ano	1,294,000,000	962,380,987
Transferências durante o ano	-	331,619,013
	1,294,000,000	1,294,000,000
21 Outras reservas		
Reserva de reavaliação	732,784,536	732,784,536
Plano de acções do grupo	3,853,178	5,330,243
Reserva para riscos gerais de crédito	1,798,095,799	1,942,540,262
Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda	(87,555,606)	(25,013,396)
Reverva de conversão cambial	-	-
Outras reservas	(2,207,636)	(2,989,787)
	2,444,970,271	2,652,651,858

Reserva de reavaliação
A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de outros activos tangíveis mais especificamente de edifícios.

Plano de acções do Grupo
O Standard Bank Moçambique tem um plano de remuneração em capital próprio, isto é, um plano de remuneração variável em acções do Grupo Standard Bank que é liquidado com capital próprio e confere direitos aos empregados relativamente a aquisição de acções ordinárias ao preço da acção do Grupo Standard Bank na data em que é concedida a opção.

Reserva de risco geral de crédito
A reserva de risco geral de crédito é meramente regulamentar e refere-se à diferença entre às reservas mínimas previstas no aviso número 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique e o valor de imparidade calculada de acordo com as NIRF.

Reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda
A reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda compreende a variação líquida acumulada do justo valor de instrumentos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou em imparidade, caso em que o valor acumulado reconhecido em outro rendimento integral é reconhecido em lucros e prejuízos.

	2016 MT	2015 MT
22 Resultados transitados		
No início do ano		
Resultado líquido do ano	2,780,903,410	2,357,516,617
Dividendos pagos	(506,474,252)	(335,237,584)
Remensuração do fundo de pensões	74,431,000	(70,065,000)
Remensuração de assistência médica	21,892,000	4,240,000
Transferências líquidas durante o ano	149,547,377	(312,714,817)
	7,545,506,529	5,025,206,996
23 Passivos por impostos correntes		
Saldo em 1 de Janeiro	386,310,184	200,395,872
Tributação do exercício (nota 10)	1,304,802,881	1,001,692,789
	1,691,113,065	1,202,088,661
Pagamentos/transferências		
Pagamentos antecipados respeitantes ao período em curso	(1,470,580,634)	(815,778,477)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	220,532,431	386,310,184
Passivos por imposto diferido		
Reservas de reavaliação de activos disponíveis para venda	-	16,360,257
Justo valor de derivados	-	2,687,434
Reserva de reavaliação – sobre imóveis	344,839,781	344,839,781
	344,839,781	363,887,472
Activos por imposto diferido		
Reservas de reavaliação de activos disponíveis para venda	41,201,963	-
Justo valor de derivados	(8,062,734)	-
	33,139,230	-
24 Recursos de clientes		
À ordem		
Em moeda local	23,307,774,138	20,432,855,475
Em moeda estrangeira	31,384,460,681	25,628,430,169
	54,692,234,819	46,061,285,644
A prazo		
Em moeda local	4,610,948,197	2,066,652,884
Em moeda estrangeira	2,293,935,246	1,743,289,091
	6,904,883,443	3,809,941,976
Total	61,597,118,261	49,871,227,620

Depósitos a prazo em moeda estrangeira incluem cartas de crédito confirmadas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato no montante de MT 40 770 449.

	2016 MT	2015 MT
Maturidade dos depósitos a prazo		
1 mês	1,974,748,873	1,503,470,171
1 mês a 3 meses	2,271,365,103	870,790,064
3 meses a 1 ano	2,654,771,367	1,435,681,741
Acima de 1 ano	3,998,100	-
	6,904,883,443	3,809,941,976

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de outros activos tangíveis mais especificamente de edifícios.

Plano de acções do Grupo
O Standard Bank Moçambique tem um plano de remuneração em capital próprio, isto é, um plano de remuneração variável em acções do Grupo Standard Bank que é liquidado com capital próprio e confere direitos aos empregados relativamente a aquisição de acções ordinárias ao preço da acção do Grupo Standard Bank na data em que é concedida a opção.

Depósitos a prazo em moeda estrangeira incluem cartas de crédito confirmadas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato no montante de MT 40 770 449.

	2016 MT	2015 MT
Maturidade dos depósitos a prazo		
1 mês	1,974,748,873	1,503,470,171
1 mês a 3 meses	2,271,365,103	870,790,064
3 meses a 1 ano	2,654,771,367	1,435,681,741
Acima de 1 ano	3,998,100	-
	6,904,883,443	3,809,941,976

	2016 MT	2015 MT
25 Outros passivos		
Acréscimos de custos		
Acréscimos de custos	673,176,768	497,080,893
Títulos a pagar	59,501,148	208,303,958
Dividendos a pagar	11,602,439	10,087,487
Contas a pagar	301,834,507	486,601,536
Garantia em numerário do Banco de Moçambique	412,578,281	-
Empréstimos a curto prazo do SBSA	2,146,503,687	3,165,814,202
	3,605,196,831	4,367,888,076
26 Empréstimos subordinados		
Obrigações 2007	260,191,840	260,216,667
Obrigações 2016 – Série 1	321,335,417	314,600,000
Obrigações 2016 – Série 2	395,038,792	395,986,000
Obrigações 2016 – Série 3	322,844,812	326,366,333
	1,299,410,861	1,297,169,000

Obrigações 2007
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 29 de Junho de 2007, por um período de 10 anos, com maturidade em 29 de Junho de 2017. O valor nominal é de MT 260 000 000 e é composto de 2 600 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 16.5%. A taxa de cupão subsequente é a taxa média ponderada das últimas 6 edições de Bilhetes do Tesouro (BTs) com maturidade em mais de 60 dias + 0.5% arredondado para o último 1/6 por cento. Os juros são pagos trimestralmente e o capital será reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2012). O banco não recorreu a esta opção. Os juros são pagos em 29 de Março, 29 de Junho; 29 de Setembro e 29 de Dezembro de cada ano.

Obrigações 2015 – Série I
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 7 de Agosto de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 8 de Agosto de 2025. O valor nominal é de MT 300 000 000 e é composto de 3 000 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital será reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 07 de Fevereiro e 07 de Agosto de cada ano.

Obrigações 2015 – Série II
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 4 de Setembro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 4 de Setembro de 2025. O valor nominal é de MT 381 000 000 e é composto de 3 810 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5% até ao 5º ano e de 5.5% subsequentemente. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital é reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 04 de Março e 04 de Setembro de cada ano.

Obrigações 2015 – Série III
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 29 de Outubro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 29 de Outubro de 2025. O valor nominal é de MT 320 000 000 e é composto de 3 200 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,25%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos à cada 6 meses e o capital é reembolsado aquando da maturidade. As obrigações são mensuradas pelo



custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 29 de Abril e 29 de Outubro de cada ano.

27 Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma

O pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego é dado a um grupo fechado de membros que foram empregados do Banco antes de 31 de Dezembro de 1990 e que recebem 75% de contribuição para o plano de subsídio de assistência médica aquando da sua reforma. As contribuições para membros individuais foram disponibilizadas pelo Standard Bank, SA. Os dependentes dos membros elegíveis para continuação receberão um subsídio de contribuição para o plano de assistência médica antes e depois da morte do membro principal. Se um membro elegível para um subsídio de reforma morre em serviço os seus dependentes não são elegíveis para um subsídio de contribuição do plano de assistência médica. Em 31 de Dezembro de 2016 o plano compreendia 87 (2015:85) membros activos.

	2016 MT	2015 MT
a. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos no balanço		
Valor presente de obrigações não financiadas	47,021,000	66,334,000
Valor presente de obrigações em excesso de activos do plano	47,021,000	66,334,000
b. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira		
Saldo de abertura	66,334,000	75,093,000
Custo líquido anual reconhecido em resultados	7,038,000	4,755,000
Juros líquidos	7,038,000	4,576,000
Custo do serviço corrente	-	179,000
Remensuração reconhecida no rendimento integral	(21,892,000)	8,912,000
Pagamentos esperados de benefícios dos empregados	(4,459,000)	(22,426,000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	47,021,000	66,334,000
c. Componentes do custo de benefícios definidos (demonstração de resultados)		
Custo de juros	7,038,000	4,576,000
Custo do serviço corrente	-	179,000
Custo	7,038,000	4,755,000
d. Contribuições de prémios e pagamentos de benefícios		
Pagamentos de Benefícios	(4,459,000)	(22,426,000)
Total de fluxos de caixa	(4,459,000)	(22,426,000)
e. Principais pressupostos actuariais		
Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:		
	2016	2015
Taxa de desconto	26%	11.50%
Custo de inflação de cuidados de saúde	22%	11%
Taxa de inflação	20%	7%
Idade prevista de reforma	55 (Mulheres/ Women) e 60 (Homens/ Men)	

Em 31 de Dezembro de 2016 o plano de pensões pós-reforma compreendia 0 (2015: 0) membros activos e 130 (2015: 131) reformados.

28 Transacções com partes relacionadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar e garantias são celebradas com partes relacionadas. Estas transacções são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com partes relacionadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	2016 MT	2015 MT
Juros ganhos nos depósitos		
Standard Bank London	-	-
Standard Bank South Africa	47,264,344	20,295,260
Standard Bank Isle of Man Branch	24,585,259	13,975,318
Standard Bank Mauritius	-	3,976,505
	71,849,603	38,247,083
Juros acumulados		
Standard Bank South Africa	246,323	-
Standard Bank Isle of Man Branch	11,695,869	896,242
Standard Bank Mauritius	-	-
	11,942,192	896,242
	2016	2015

	MT	MT
Honorários de gestão antecipados a pagar à sede	291,428,370	271,454,788
Custos acumulados referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	78,148,545	196,137,597
Garantias recebidas		
Standard Bank Group	2,106,637,655	3,165,814,202
Depósitos		
Standard Bank South Africa	338,000,000	-
Standard Bank Isle of Man Branch	3,092,095,641	2,846,323,378
Standard Bank Mauritius	-	-
	3,430,095,641	2,846,323,378

29 Caixa gerada pelas actividades operacionais		
Lucro antes de impostos	4,282,739,506	3,378,503,427
Ajustamentos para itens que não sejam de caixa:		
Depreciação (nota 8)	277,081,764	168,730,391
Amortização (nota 8)	1,632,994	19,256,383
Imparidade líquida	1,122,266,851	302,639,950
Justo valor de activos detidos para negociação	42,354,007	(13,437,172)
Justo valor de derivados	(10,511,089)	(36,418,135)
Perdas em alienações	164,590	947,222
Caixa gerada pelas actividades operacionais	5,715,728,623	3,820,222,066

30 Variações nos activos e passivos operacionais		
Passivos		
Recursos de clientes	11,725,890,641	11,447,629,861
Outros passivos	(930,582,514)	3,621,846,995
Passivos detidos para negociação	-	(1,400,000,000)
Aumento dos passivos operacionais	10,795,308,127	13,669,476,856
Activos		
Activos financeiros	(7,059,199,626)	(1,456,312,835)
Activos detidos para negociação	1,542,128,402	541,370,488
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(3,737,257,375)	(4,264,722,847)
Outros activos	(199,257,807)	(32,173,422)
Diminuição de activos operacionais	(9,453,586,406)	(5,211,838,616)
Variações líquidas nos activos e passivos operacionais	1,341,721,722	8,457,638,239

31 Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e disponibilidades no Banco Central (nota 12)	10,706,529,462	6,494,370,751
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 15.1)	20,697,394,837	20,317,787,193
	31,403,924,300	26,812,157,961

32 Taxas de conversão

Foram usadas as seguintes taxas de câmbio na conversão destas demonstrações financeiras para Dólares Norte-Americanos (USD).


	2016 MT	2015 MT	Movimento MT
Taxa de fecho	71.35	45.90	25.45
Taxa média	63.04	40.01	23.03

As taxas baseiam-se nas taxas oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.

33 Eventos subsequentes

Em 28 de Fevereiro de 2017, o Conselho de Administração declarou um dividendo total de MT 695 225 852 (2015: MT 506 474 252) no valor de 2.69 (2015: MT 1.96) por acção para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.





Pagar a TV ou aproveitar a hora de almoço

Agora já não precisa escolher

***555#**

QuiQ

Mais rápido e prático

Registe-se no balcão Standard Bank. Para mais informações visite www.standardbank.co.mz Linha do cliente 24/7: +258 21329777 / 800412412 (grátis)

Standard Bank Seguindo em Frente

MODELO III

Balanco - Contas Individuais (Activo)

31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Rubricas	Notas /	Ano			Ano Anterior
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		10,706,529		10,706,529	6,494,371
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		6,989,256		6,989,256	15,310,334
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		462,390		462,390	888,666
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0		0	
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) + 34889 (1)	Activos financeiros disponiveis para venda		13,945,094		13,945,094	6989639.54988
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 2100 + 2240 (1) + 2400 (1)	Aplicações em instituições de crédito		13,708,139	0	13,708,139	6,166,540
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 2000 + 2040 (1) + 24000 (1)	Crédito a Clientes		31,013,133	1,524,890	29,447,473	26,873,253
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 2300 + 2340 (1) + 2400 (1)	Investimentos detidos até à maturidade		0		0	
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 2300 (1)	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura		29,749		29,749	344783.08513
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0	0	0	
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		3,758,414	1,053,632	2,704,782	2,369,255
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		246,618	154,392	92,226	215,761
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	
300	Activos por impostos correntes		0		0	
301	Activos por impostos diferidos		33,139		33,139	0
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 2300 (1)	Outros Activos		458,976		458,976	217,545
	Total de activos		81,351,439	2,732,914	78,577,754	65,870,148

- (1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.
- (2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.
- (3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III (PASSIVO)

Balanco - Contas Individuais (Passivo)

31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Rubricas	Notas /	Ano	
			Ano	Ano Anterior
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5344 (1) + 5349 (1)	Recursos de bancos centrais		0	
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5344 (1) + 5349 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		0	11,349
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5344 (1) + 5349 (1)	Recursos de clientes e outros empréstimos		57,099,215	46,488,475
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5344 (1) + 5349 (1)	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura		3,553	329,098
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		0	
47	Provisões		1,176,639	701,793
490	Passivos por impostos correntes		220,532	386,310
491	Passivos por impostos diferidos		0	19,048
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		0	
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		1,299,411	1,297,169
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 5000 - 5001 - 5002 - 5003 - 5004 - 5005 - 5006 - 5007 - 5008 - 5009 - 5010 - 5011 - 5012 - 5013 - 5014 - 5015 - 5016 - 5017 - 5018 - 5019 - 5020 - 5021 - 5022 - 5023 - 5024 - 5025 - 5026 - 5027 - 5028 - 5029 - 5030 - 5031 - 5032 - 5033 - 5034 - 5035 - 5036 - 5037 - 5038 - 5039 - 5040 - 5041 - 5042 - 5043 - 5044 - 5045 - 5046 - 5047 - 5048 - 5049 - 5050 - 5051 - 5052 - 5053 - 5054 - 5055 - 5056 - 5057 - 5058 - 5059 - 5060 - 5061 - 5062 - 5063 - 5064 - 5065 - 5066 - 5067 - 5068 - 5069 - 5070 - 5071 - 5072 - 5073 - 5074 - 5075 - 5076 - 5077 - 5078 - 5079 - 5080 - 5081 - 5082 - 5083 - 5084 - 5085 - 5086 - 5087 - 5088 - 5089 - 5090 - 5091 - 5092 - 5093 - 5094 - 5095 - 5096 - 5097 - 5098 - 5099 - 5100 - 5101 - 5102 - 5103 - 5104 - 5105 - 5106 - 5107 - 5108 - 5109 - 5110 - 5111 - 5112 - 5113 - 5114 - 5115 - 5116 - 5117 - 5118 - 5119 - 5120 - 5121 - 5122 - 5123 - 5124 - 5125 - 5126 - 5127 - 5128 - 5129 - 5130 - 5131 - 5132 - 5133 - 5134 - 5135 - 5136 - 5137 - 5138 - 5139 - 5140 - 5141 - 5142 - 5143 - 5144 - 5145 - 5146 - 5147 - 5148 - 5149 - 5150 - 5151 - 5152 - 5153 - 5154 - 5155 - 5156 - 5157 - 5158 - 5159 - 5160 - 5161 - 5162 - 5163 - 5164 - 5165 - 5166 - 5167 - 5168 - 5169 - 5170 - 5171 - 5172 - 5173 - 5174 - 5175 - 5176 - 5177 - 5178 - 5179 - 5180 - 5181 - 5182 - 5183 - 5184 - 5185 - 5186 - 5187 - 5188 - 5189 - 5190 - 5191 - 5192 - 5193 - 5194 - 5195 - 5196 - 5197 - 5198 - 5199 - 5200 - 5201 - 5202 - 5203 - 5204 - 5205 - 5206 - 5207 - 5208 - 5209 - 5210 - 5211 - 5212 - 5213 - 5214 - 5215 - 5216 - 5217 - 5218 - 5219 - 5220 - 5221 - 5222 - 5223 - 5224 - 5225 - 5226 - 5227 - 5228 - 5229 - 5230 - 5231 - 5232 - 5233 - 5234 - 5235 - 5236 - 5237 - 5238 - 5239 - 5240 - 5241 - 5242 - 5243 - 5244 - 5245 - 5246 - 5247 - 5248 - 5249 - 5250 - 5251 - 5252 - 5253 - 5254 - 5255 - 5256 - 5257 - 5258 - 5259 - 5260 - 5261 - 5262 - 5263 - 5264 - 5265 - 5266 - 5267 - 5268 - 5269 - 5270 - 5271 - 5272 - 5273 - 5274 - 5275 - 5276 - 5277 - 5278 - 5279 - 5280 - 5281 - 5282 - 5283 - 5284 - 5285 - 5286 - 5287 - 5288 - 5289 - 5290 - 5291 - 5292 - 5293 - 5294 - 5295 - 5296 - 5297 - 5298 - 5299 - 5300 - 5301 - 5302 - 5303 - 5304 - 5305 - 5306 - 5307 - 5308 - 5309 - 5310 - 5311 - 5312 - 5313 - 5314 - 5315 - 5316 - 5317 - 5318 - 5319 - 5320 - 5321 - 5322 - 5323 - 5324 - 5325 - 5326 - 5327 - 5328 - 5329 - 5330 - 5331 - 5332 - 5333 - 5334 - 5335 - 5336 - 5337 - 5338 - 5339 - 5340 - 5341 - 5342 - 5343 - 5344 - 5345 - 5346 - 5347 - 5348 - 5349 - 5350 - 5351 - 5352 - 5353 - 5354 - 5355 - 5356 - 5357 - 5358 - 5359 - 5360 - 5361 - 5362 - 5363 - 5364 - 5365 - 5366 - 5367 - 5368 - 5369 - 5370 - 5371 - 5372 - 5373 - 5374 - 5375 - 5376 - 5377 - 5378 - 5379 - 5380 - 5381 - 5382 - 5383 - 5384 - 5385 - 5386 - 5387 - 5388 - 5389 - 5390 - 5391 - 5392 - 5393 - 5394 - 5395 - 5396 - 5397 - 5398 - 5399 - 5400 - 5401 - 5402 - 5403 - 5404 - 5405 - 5406 - 5407 - 5408 - 5409 - 5410 - 5411 - 5412 - 5413 - 5414 - 5415 - 5416 - 5417 - 5418 - 5419 - 5420 - 5421 - 5422 - 5423 - 5424 - 5425 - 5426 - 5427 - 5428 - 5429 - 5430 - 5431 - 5432 - 5433 - 5434 - 5435 - 5436 - 5437 - 5438 - 5439 - 5440 - 5441 - 5442 - 5443 - 5444 - 5445 - 5446 - 5447 - 5448 - 5449 - 5450 - 5451 - 5452 - 5453 - 5454 - 5455 - 5456 - 5457 - 5458 - 5459 - 5460 - 5461 - 5462 - 5463 - 5464 - 5465 - 5466 - 5467 - 5468 - 5469 - 5470 - 5471 - 5472 - 5473 - 5474 - 5475 - 5476 - 5477 - 5478 - 5479 - 5480 - 5481 - 5482 - 5483 - 5484 - 5485 - 5486 - 5487 - 5488 - 5489 - 5490 - 5491 - 5492 - 5493 - 5494 - 5495 - 5496 - 5497 - 5498 - 5499 - 5500 - 5501 - 5502 - 5503 - 5504 - 5505 - 5506 - 5507 - 5508 - 5509 - 5510 - 5511 - 5512 - 5513 - 5514 - 5515 - 5516 - 5517 - 5518 - 5519 - 5520 - 5521 - 5522 - 5523 - 5524 - 5525 - 5526 - 5527 - 5528 - 5529 - 5530 - 5531 - 5532 - 5533 - 5534 - 5535 - 5536 - 5537 - 5538 - 5539 - 5540 - 5541 - 5542 - 5543 - 5544 - 5545 - 5546 - 5547 - 5548 - 5549 - 5550 - 5551 - 5552 - 5553 - 5554 - 5555 - 5556 - 5557 - 5558 - 5559 - 5560 - 5561 - 5562 - 5563 - 5564 - 5565 - 5566 - 5567 - 5568 - 5569 - 5570 - 5571 - 5572 - 5573 - 5574 - 5575 - 5576 - 5577 - 5578 - 5579 - 5580 - 5581 - 5582 - 5583 - 5584 - 5585 - 5586 - 5587 - 5588 - 5589 - 5590 - 5591 - 5592 - 5593 - 5594 - 5595 - 5596 - 5597 - 5598 - 5599 - 5600 - 5601 - 5602 - 5603 - 5604 - 5605 - 5606 - 5607 - 5608 - 5609 - 5610 - 5611 - 5612 - 5613 - 5614 - 5615 - 5616 - 5617 - 5618 - 5619 - 5620 - 5621 - 5622 - 5623 - 5624 - 5625 - 5626 - 5627 - 5628 - 5629 - 5630 - 5631 - 5632 - 5633 - 5634 - 5635 - 5636 - 5637 - 5638 - 5639 - 5640 - 5641 - 5642 - 5643 - 5644 - 5645 - 5646 - 5647 - 5648 - 5649 - 5650 - 5651 - 5652 - 5653 - 5654 - 5655 - 5656 - 5657 - 5658 - 5659 - 5660 - 5661 - 5662 - 5663 - 5664 - 5665 - 5666 - 5667 - 5668 - 5669 - 5670 - 5671 - 5672 - 5673 - 5674 - 5675 - 5676 - 5677 - 5678 - 5679 - 5680 - 5681 - 5682 - 5683 - 5684 - 5685 - 5686 - 5687 - 5688 - 5689 - 5690 - 5691 - 5692 - 5693 - 5694 - 5695 - 5696 - 5697 - 5698 - 5699 - 5700 - 5701 - 5702 - 5703 - 5704 - 5705 - 5706 - 5707 - 5708 - 5709 - 5710 - 5711 - 5712 - 5713 - 5714 - 5715 - 5716 - 5717 - 5718 - 5719 - 5720 - 5721 - 5722 - 5723 - 5724 - 5725 - 5726 - 5727 - 5728 - 5729 - 5730 - 5731 - 5732 - 5733 - 5734 - 5735 - 5736 - 5737 - 5738 - 5739 - 5740 - 5741 - 5742 - 5743 - 5744 - 5745 - 5746 - 5747 - 5748 - 5749 - 5750 - 5751 - 5752 - 5753 - 5754 - 5755 - 5756 - 5757 - 5758 - 5759 - 5760 - 5761 - 5762 - 5763 - 5764 - 5765 - 5766 - 5767 - 5768 - 5769 - 5770 - 5771 - 5772 - 5773 - 5774 - 5775 - 5776 - 5777 - 5778 - 5779 - 5780 - 5781 - 5782 - 5783 - 5784 - 5785 - 5786 - 5787 - 5788 - 5789 - 5790 - 5791 - 5792 - 5793 - 5794 - 5795 - 5796 - 5797 - 5798 - 5799 - 5800 - 5801 - 5802 - 5803 - 5804 - 5805 - 5806 - 5807 - 5808 - 5809 - 5810 - 5811 - 5812 - 5813 - 5814 - 5815 - 5816 - 5817 - 5818 - 5819 - 5820 - 5821 - 5822 - 5823 - 5824 - 5825 - 5826 - 5827 - 5828 - 5829 - 5830 - 5831 - 5832 - 5833 - 5834 - 5835 - 5836 - 5837 - 5838 - 5839 - 5840 - 5841 - 5842 - 5843 - 5844 - 5845 - 5846 - 5847 - 5848 - 5849 - 5850 - 5851 - 5852 - 5853 - 5854 - 5855 - 5856 - 5857 - 5858 - 5859 - 5860 - 5861 - 5862 - 5863 - 5864 - 5865 - 5866 - 5867 - 5868 - 5869 - 5870 - 5871 - 5872 - 5873 - 5874 - 5875 - 5876 - 5877 - 5878 - 5879 - 5880 - 5881 - 5882 - 5883 - 5884 - 5885 - 5886 - 5887 - 5888 - 5889 - 5890 - 5891 - 5892 - 5893 - 5894 - 5895 - 5896 - 5897 - 5898 - 5899 - 5900 - 5901 - 5902 - 5903 - 5904 - 5905 - 5906 - 5907 - 5908 - 5909 - 5910 - 5911 - 5912 - 5913 - 5914 - 5915 - 5916 - 5917 - 5918 - 5919 - 5920 - 5921 - 5922 - 5923 - 5924 - 5925 - 5926 - 5927 - 5928 - 5929 - 5930 - 5931 - 5932 - 5933 - 5934 - 5935 - 5936 - 5937 - 5938 - 5939 - 5940 - 5941 - 5942 - 5943 - 5944 - 5945 - 5946 - 5947 - 5948 - 5949 - 5950 - 5951 - 5952 - 5953 - 5954 - 5955 - 5956 - 5957 - 5958 - 5959 - 5960 - 5961 - 5962 - 5963 - 5964 - 5965 - 5966 - 5967 - 5968 - 5969 - 5970 - 5971 - 5972 - 5973 - 5974 - 5975 - 5976 - 5977 - 5978 - 5979 - 5980 - 5981 - 5982 - 5983 - 5984 - 5985 - 5986 - 5987 - 5988 - 5989 - 5990 - 5991 - 5992 - 5993 - 5994 - 5995 - 5996 - 5997 - 5998 - 5999 - 6000 - 6001 - 6002 - 6003 - 6004 - 6005 - 6006 - 6007 - 6008 - 6009 - 6010 - 6011 - 6012 - 6013 - 6014 - 6015 - 6016 - 6017 - 6018 - 6019 - 6020 - 6021 - 6022 - 6023 - 6024 - 6025 - 6026 - 6027 - 6028 - 6029 - 6030 - 6031 - 6032 - 6033 - 6034 - 6035 - 6036 - 6037 - 6038 - 6039 - 6040 - 6041 - 6042 - 6043 - 6044 - 6045 - 6046 - 6047 - 6048 - 6049 - 6050 - 6051 - 6052 - 6053 - 6054 - 6055 - 6056 - 6057 - 6058 - 6059 - 6060 - 6061 - 6062 - 6063 - 6064 - 6065 - 6066 - 6067 - 6068 - 6069 - 6070 - 6071 - 6072 - 6073 - 6074 - 6075 - 6076 - 6077 - 6078 - 6079 - 6080 - 6081 - 6082 - 6083 - 6084 - 6085 - 6086 - 6087 - 6088 - 6089 - 6090 - 6091 - 6092 - 6093 - 6094 - 6095 - 6096 - 6097 - 6098 - 6099 - 6100 - 6101 - 6102 - 6103 - 6104 - 6105 - 6106 - 6107 - 6108 - 6109 - 6110 - 6111 - 6112 - 6113 - 6114 - 6115 - 6116 - 6117 - 6118 - 6119 - 6120 - 6121 - 6122 - 6123 - 6124 - 6125 - 6126 - 6127 - 6128 - 6129 - 6130 - 6131 - 6132 - 6133 - 6134 - 6135 - 6136 - 6137 - 6138 - 6139 - 6140 - 6141 - 6142 - 6143 - 6144 - 6145 - 6146 - 6147 - 6148 - 6149 - 6150 - 6151 - 6152 - 6153 - 6154 - 6155 - 6156 - 6157 - 6158 - 6159 - 6160 - 6161 - 6162 - 6163 - 6164 - 6165 - 6166 - 6167 - 6168 - 6169 - 6170 - 6171 - 6172 - 6173 - 6174 - 6175 - 6176 - 6177 - 6178 - 6179 - 6180 - 6181 - 6182 - 6183 - 6184 - 6185 - 6186 - 6187 - 6188 - 6189 - 6190 - 6191 - 6192 - 6193 - 6194 - 6195 - 6196 - 6197 - 6198 - 6199 - 6200 - 6201 - 6202 - 6203 - 6204 - 6205 - 6206 - 6207 - 6208 - 6209 - 6210 - 6211 - 6212 - 6213 - 6214 - 6215 - 6216 - 6217 - 6218 - 6219 - 6220 - 6221 - 6222 - 6223 - 6224 - 6225 - 6226 - 6227 - 6228 - 6229 - 6230 - 6231 - 6232 - 6233 - 6234 - 6235 - 6236 - 6237 - 6238 - 6239 - 6240 - 6241 - 6242 - 6243 - 6244 - 6245 - 6246 - 6247 - 6248 - 6249 - 6250 - 6251 - 6252 - 6253 - 6254 - 6255 - 6256 - 6257 - 6258 - 6259 - 6260 - 6261 - 6262 - 6263 - 6264 - 6265 - 6266 - 6267 - 6268 - 6269 - 6270 - 6271 - 6272 - 6273 - 6274 - 6275 - 6276 - 6277 - 6278 - 6279 - 6280 - 6281 - 6282 - 6283 - 6284 - 6285 - 6286 - 6287 - 6288 - 6289 - 6290 - 6291 - 6292 - 6293 - 6294 - 6295 - 6296 - 6297 - 6298 - 6299 - 6300 - 6301 - 6302 - 6303 - 6304 - 6305 - 6306 - 6307 - 6308 - 6309 - 6310 - 6311 - 6312 - 6313 - 6314 - 6315 - 6316 - 6317 - 6318 - 6319 - 6320 - 6321 - 6322 - 6323 - 6324 - 6325 - 6326 - 6327 - 6328 - 6329 - 6330 - 6331 - 6332 - 6333 - 6334 - 6335 - 6336 - 6337 - 6338 - 6339 - 6340 - 6341 - 6342 - 6343 - 6344 - 6345 - 6346 - 6347 - 6348 - 6349 - 6350 - 6351 - 6352 - 6353 - 6354 - 6355 - 6356 - 6357 - 6358 - 6359 - 6360 - 6361 - 6362 - 6363 - 6364 - 6365 - 6366 - 6367 - 6368 - 6369 - 6370 - 6371 - 6372 - 6373 - 6374 - 6375 - 6376 - 6377 - 6378 - 6379 - 6380 - 6381 - 6382 - 6383 - 6384 - 6385 - 6386 - 6387 - 6388 - 6389 - 6390 - 6391 - 6392 - 6393 - 6394 - 6395 - 6396 - 6397 - 6398 - 6399 - 6400 - 6401 - 6402 - 6403 - 6404 - 6405 - 6406 - 6407 - 6408 - 6409 - 6410 - 6411 - 6412 - 6413 - 6414 - 6415 - 6416 - 6417 - 6418 - 6419 - 6420 - 6421 - 6422 - 6423 - 6424 - 6425 - 6426 - 6427 - 6428 - 6429 - 6430 - 6431 - 6432 - 6433 - 6434 - 6435 - 6436 - 6437 - 6438 - 6439 - 6440 - 6441 - 6442 - 6443 - 6444 - 6445 - 6446 - 6447 - 6448 - 6449 - 6450 - 6451 - 6452 - 6453 - 6454 - 6455 - 6456 - 6457 - 6458 - 6459 - 6460 - 6461 - 6462 - 6463 - 6464 - 6465 - 6466 - 6467 - 6468 - 6469 - 6470 - 6471 - 6472 - 6473 - 6474 - 6475 - 6476 - 6477 - 6478 - 6479 - 6480 - 6481 - 6482 - 6483 - 6484 - 6485 - 6486 - 6487 - 6488 - 6489 - 6490 - 6491 - 6492 - 6493 - 6494 - 6495 - 6496 - 6497 - 6498 - 6499 - 6500 - 6501 - 6502 - 6503 - 6504 - 6505 - 6506 - 6507 - 6508 - 6509 - 6510 - 6511 - 6512 - 6513 - 6514 - 6515 - 6516 - 6517 - 6518 - 6519 - 6520 - 6521 - 6522 - 6523 - 6524 - 6525 - 6526 - 6527 - 6528 - 6529 - 6530 - 6531 - 6532 - 6533 - 6534 - 6535 - 6536 - 6537 - 6538 - 6539 - 6540 - 6541 - 6542 - 6543 - 6544 - 6545 - 6546 - 6547 - 6548 - 6549 - 6550 - 6551 - 6552 - 6553 - 6554 - 6555 - 6556 - 6557 - 6558 - 6559 - 6560 - 6561 - 6562 - 6563 - 6564 - 6565 - 6566 - 6567 - 6568 - 6569 - 6570 - 6571 - 6572 - 6573 - 6574 - 6575 - 6576 - 6577 - 6578 - 6579 - 6580 - 6581 - 6582 - 6583 - 6584 - 6585 - 6586 - 6587 - 6588 - 6589 - 6590 - 6591 - 6592 - 6593 - 6594 - 6595 - 6596 - 6597 - 6598 - 6599 - 6600 - 6601 - 6602 - 6603 - 6604 - 6605 - 6606 - 6607 - 6608 - 6609 - 6610 - 6611 - 6612 - 6613 - 6614 - 6615 - 6616 - 6617 - 6618 - 6619 - 6620 - 6621 - 6622 - 6623 - 6624 - 6625 - 6626 - 6627 - 6628 - 6629 - 6630 - 6631 - 6632 - 6633 - 6634 - 6635 - 6636 - 6637 - 6638 - 6639 - 6640 - 6641 - 6642 - 6643 - 6644 - 6645 - 6646 - 6647 - 6648 - 6649 - 6650 - 6651 - 6652 - 6653 - 6654 - 6655 - 6656 - 6657 - 6658 - 6659 - 6660 - 6661 - 6662 - 6663 - 6664 - 6665 - 6666 - 6667 - 6668 - 6669 - 6670 - 6671 - 6672 - 6673 - 6674 - 6675 - 6676 - 6677 - 6678 - 6679 - 6680 - 6681 - 6682 - 6683 - 6684 - 6685 - 6686 - 6687 - 6688 - 6689 - 6690 - 6691 - 6692 - 6693 - 6694 - 6695 - 6696 - 6697 - 6698 - 6699 - 6700 - 6701 - 6702 - 6703 - 6704 - 6705 - 6706 - 6707 - 6708 - 6709 - 6710 - 6711 - 6712 - 6713 - 6714 - 6715 - 6716 - 6717 - 6718 - 6719 - 6720 - 6721 - 6722 - 6723 - 6724 - 6725 - 6726 - 6727 - 6728 - 6729 - 6730 - 6731 - 6732 - 6733 - 6734 - 6735 - 6736 - 6737 - 6738 - 6739 - 6740 - 6741 - 6742 - 6743 - 6744 - 6745 - 6746 - 6747 - 6748 - 6749 - 6750 - 6751 - 6752 - 6753 - 6754 - 6755 - 6756 - 6757 - 6758 - 6759 - 6760 - 6761 - 6762 - 6763 - 6764 - 6765 - 6766 - 6767 - 6768 - 6769 - 6770 - 6771 - 6772 - 6773 - 6774 - 6775 - 6776 - 6777 - 6778 - 6779 - 6780 - 6781 - 6782 - 6783 - 6784 - 6785 - 6786 - 6787 - 6788 - 6789 - 6790 - 6791 - 6792 - 6793 - 6794 - 6795 - 6796 - 6797 - 6798 - 6799 - 6800 - 6801 - 6802 - 6803 - 6804 - 6805 - 6806 - 6807 - 6808 - 6809 - 6810 - 6811 - 6812 - 6813 - 6814 - 6815 - 6816 - 6817 - 6818 - 6819 - 6820 - 6821 - 6822 - 6823 - 6824 - 6825 - 6826 - 6827 - 6828 - 6829 - 6830 - 6831 - 6832 - 6833 - 6834 - 6835 - 6836 - 6837 - 6838 - 6839 - 6840 - 6841 - 6842 - 6843 - 6844 - 6845 - 6846 - 6847 - 6848 - 6849 - 6850 - 6851 - 6852 - 6853 - 6854 - 6855 - 6856 - 6857 - 6858 - 6859 - 6860 - 6861 - 6862 - 6863 - 6864 - 6865 - 6866 - 6867 - 6868 - 6869 - 6870 - 6871 - 6872 - 6873 - 6874 - 6875 - 6876 - 6877 - 6878 - 6879 - 6880 - 6881 - 6882 - 6883 - 6884 - 6885 - 6886 - 6887 - 6888 - 6889 - 6890 - 6891 - 6892 - 6893 - 6894 - 6895 - 6896 - 6897 - 6898 - 6899 -				

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

31 DE DEZEMBRO DE 2016

Rubricas		Notas / Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79 + 80	Juros e rendimentos similares		6,230,410	3,473,683
66 + 67	Juros e encargos similares		955,039	432,821
	Margem financeira		5,275,372	3,040,862
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81	Rendimentos com serviços e comissões		1,223,127	719,563
68	Encargos com serviços e comissões		-7,060	-17,373
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 699 (1) - 700 (1) - 701 (1) - 702 (1) - 703 (1) - 704 (1) - 705 (1) - 706 (1) - 707 (1) - 708 (1) - 709 (1) - 710 (1) - 711 (1) - 712 (1) - 713 (1) - 714 (1) - 715 (1) - 716 (1) - 717 (1) - 718 (1) - 719 (1) - 720 (1) - 721 (1) - 722 (1) - 723 (1) - 724 (1) - 725 (1) - 726 (1) - 727 (1) - 728 (1) - 729 (1) - 730 (1) - 731 (1) - 732 (1) - 733 (1) - 734 (1) - 735 (1) - 736 (1) - 737 (1) - 738 (1) - 739 (1) - 740 (1) - 741 (1) - 742 (1) - 743 (1) - 744 (1) - 745 (1) - 746 (1) - 747 (1) - 748 (1) - 749 (1) - 750 (1) - 751 (1) - 752 (1) - 753 (1) - 754 (1) - 755 (1) - 756 (1) - 757 (1) - 758 (1) - 759 (1) - 760 (1) - 761 (1) - 762 (1) - 763 (1) - 764 (1) - 765 (1) - 766 (1) - 767 (1) - 768 (1) - 769 (1) - 770 (1) - 771 (1) - 772 (1) - 773 (1) - 774 (1) - 775 (1) - 776 (1) - 777 (1) - 778 (1) - 779 (1) - 780 (1) - 781 (1) - 782 (1) - 783 (1) - 784 (1) - 785 (1) - 786 (1) - 787 (1) - 788 (1) - 789 (1) - 790 (1) - 791 (1) - 792 (1) - 793 (1) - 794 (1) - 795 (1) - 796 (1) - 797 (1) - 798 (1) - 799 (1) - 800 (1) - 801 (1) - 802 (1) - 803 (1) - 804 (1) - 805 (1) - 806 (1) - 807 (1) - 808 (1) - 809 (1) - 810 (1) - 811 (1) - 812 (1) - 813 (1) - 814 (1) - 815 (1) - 816 (1) - 817 (1) - 818 (1) - 819 (1) - 820 (1) - 821 (1) - 822 (1) - 823 (1) - 824 (1) - 825 (1) - 826 (1) - 827 (1) - 828 (1) - 829 (1) - 830 (1) - 831 (1) - 832 (1) - 833 (1) - 834 (1) - 835 (1) - 836 (1) - 837 (1) - 838 (1) - 839 (1) - 840 (1) - 841 (1) - 842 (1) - 843 (1) - 844 (1) - 845 (1) - 846 (1) - 847 (1) - 848 (1) - 849 (1) - 850 (1) - 851 (1) - 852 (1) - 853 (1) - 854 (1) - 855 (1) - 856 (1) - 857 (1) - 858 (1) - 859 (1) - 860 (1) - 861 (1) - 862 (1) - 863 (1) - 864 (1) - 865 (1) - 866 (1) - 867 (1) - 868 (1) - 869 (1) - 870 (1) - 871 (1) - 872 (1) - 873 (1) - 874 (1) - 875 (1) - 876 (1) - 877 (1) - 878 (1) - 879 (1) - 880 (1) - 881 (1) - 882 (1) - 883 (1) - 884 (1) - 885 (1) - 886 (1) - 887 (1) - 888 (1) - 889 (1) - 890 (1) - 891 (1) - 892 (1) - 893 (1) - 894 (1) - 895 (1) - 896 (1) - 897 (1) - 898 (1) - 899 (1) - 900 (1) - 901 (1) - 902 (1) - 903 (1) - 904 (1) - 905 (1) - 906 (1) - 907 (1) - 908 (1) - 909 (1) - 910 (1) - 911 (1) - 912 (1) - 913 (1) - 914 (1) - 915 (1) - 916 (1) - 917 (1) - 918 (1) - 919 (1) - 920 (1) - 921 (1) - 922 (1) - 923 (1) - 924 (1) - 925 (1) - 926 (1) - 927 (1) - 928 (1) - 929 (1) - 930 (1) - 931 (1) - 932 (1) - 933 (1) - 934 (1) - 935 (1) - 936 (1) - 937 (1) - 938 (1) - 939 (1) - 940 (1) - 941 (1) - 942 (1) - 943 (1) - 944 (1) - 945 (1) - 946 (1) - 947 (1) - 948 (1) - 949 (1) - 950 (1) - 951 (1) - 952 (1) - 953 (1) - 954 (1) - 955 (1) - 956 (1) - 957 (1) - 958 (1) - 959 (1) - 960 (1) - 961 (1) - 962 (1) - 963 (1) - 964 (1) - 965 (1) - 966 (1) - 967 (1) - 968 (1) - 969 (1) - 970 (1) - 971 (1) - 972 (1) - 973 (1) - 974 (1) - 975 (1) - 976 (1) - 977 (1) - 978 (1) - 979 (1) - 980 (1) - 981 (1) - 982 (1) - 983 (1) - 984 (1) - 985 (1) - 986 (1) - 987 (1) - 988 (1) - 989 (1) - 990 (1) - 991 (1) - 992 (1) - 993 (1) - 994 (1) - 995 (1) - 996 (1) - 997 (1) - 998 (1) - 999 (1) - 1000 (1)	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponiveis para venda		0	0.0
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		3,218,848	3,173,150
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		-165	-947
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75	Outros resultados de exploração		3,992	244,226
	Produto bancário		9,714,114	7,159,481
70	Custos com pessoal		2,453,007	2,008,255
71	Gastos gerais administrativos		1,782,868	1,322,854
77	Amortizações do exercicio		277,082	187,713
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões liquidas de reposições e anulações		0	10,156
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76220 + 76230 + 76240 + 76250 + 76260 + 76270 + 76280 + 76290 + 76300 + 76310 + 76320 + 76330 + 76340 + 76350 + 76360 + 76370 + 76380 + 76390 + 76400 + 76410 + 76420 + 76430 + 76440 + 76450 + 76460 + 76470 + 76480 + 76490 + 76500 + 76510 + 76520 + 76530 + 76540 + 76550 + 76560 + 76570 + 76580 + 76590 + 76600 + 76610 + 76620 + 76630 + 76640 + 76650 + 76660 + 76670 + 76680 + 76690 + 76700 + 76710 + 76720 + 76730 + 76740 + 76750 + 76760 + 76770 + 76780 + 76790 + 76800 + 76810 + 76820 + 76830 + 76840 + 76850 + 76860 + 76870 + 76880 + 76890 + 76900 + 76910 + 76920 + 76930 + 76940 + 76950 + 76960 + 76970 + 76980 + 76990 + 77000 + 77010 + 77020 + 77030 + 77040 + 77050 + 77060 + 77070 + 77080 + 77090 + 77100 + 77110 + 77120 + 77130 + 77140 + 77150 + 77160 + 77170 + 77180 + 77190 + 77200 + 77210 + 77220 + 77230 + 77240 + 77250 + 77260 + 77270 + 77280 + 77290 + 77300 + 77310 + 77320 + 77330 + 77340 + 77350 + 77360 + 77370 + 77380 + 77390 + 77400 + 77410 + 77420 + 77430 + 77440 + 77450 + 77460 + 77470 + 77480 + 77490 + 77500 + 77510 + 77520 + 77530 + 77540 + 77550 + 77560 + 77570 + 77580 + 77590 + 77600 + 77610 + 77620 + 77630 + 77640 + 77650 + 77660 + 77670 + 77680 + 77690 + 77700 + 77710 + 77720 + 77730 + 77740 + 77750 + 77760 + 77770 + 77780 + 77790 + 77800 + 77810 + 77820 + 77830 + 77840 + 77850 + 77860 + 77870 + 77880 + 77890 + 77900 + 77910 + 77920 + 77930 + 77940 + 77950 + 77960 + 77970 + 77980 + 77990 + 78000 + 78010 + 78020 + 78030 + 78040 + 78050 + 78060 + 78070 + 78080 + 78090 + 78100 + 78110 + 78120 + 78130 + 78140 + 78150 + 78160 + 78170 + 78180 + 78190 + 78200 + 78210 + 78220 + 78230 + 78240 + 78250 + 78260 + 78270 + 78280 + 78290 + 78300 + 78310 + 78320 + 78330 + 78340 + 78350 + 78360 + 78370 + 78380 + 78390 + 78400 + 78410 + 78420 + 78430 + 78440 + 78450 + 78460 + 78470 + 78480 + 78490 + 78500 + 78510 + 78520 + 78530 + 78540 + 78550 + 78560 + 78570 + 78580 + 78590 + 78600 + 78610 + 78620 + 78630 + 78640 + 78650 + 78660 + 78670 + 78680 + 78690 + 78700 + 78710 + 78720 + 78730 + 78740 + 78750 + 78760 + 78770 + 78780 + 78790 + 78800 + 78810 + 78820 + 78830 + 78840 + 78850 + 78860 + 78870 + 78880 + 78890 + 78900 + 78910 + 78920 + 78930 + 78940 + 78950 + 78960 + 78970 + 78980 + 78990 + 79000 + 79010 + 79020 + 79030 + 79040 + 79050 + 79060 + 79070 + 79080 + 79090 + 79100 + 79110 + 79120 + 79130 + 79140 + 79150 + 79160 + 79170 + 79180 + 79190 + 79200 + 79210 + 79220 + 79230 + 79240 + 79250 + 79260 + 79270 + 79280 + 79290 + 79300 + 79310 + 79320 + 79330 + 79340 + 79350 + 79360 + 79370 + 79380 + 79390 + 79400 + 79410 + 79420 + 79430 + 79440 + 79450 + 79460 + 79470 + 79480 + 79490 + 79500 + 79510 + 79520 + 79530 + 79540 + 79550 + 79560 + 79570 + 79580 + 79590 + 79600 + 79610 + 79620 + 79630 + 79640 + 79650 + 79660 + 79670 + 79680 + 79690 + 79700 + 79710 + 79720 + 79730 + 79740 + 79750 + 79760 + 79770 + 79780 + 79790 + 79800 + 79810 + 79820 + 79830 + 79840 + 79850 + 79860 + 79870 + 79880 + 79890 + 79900 + 79910 + 79920 + 79930 + 79940 + 79950 + 79960 + 79970 + 79980 + 79990 + 80000	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		1,122,267	252,000
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		4,078,891	3,378,503
	Impostos			
65	Correntes		1,304,803	1,001,996
74 - 86	Diferidos		-6,815	18,991
640	Resultados após impostos		2,780,903	2,357,516
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

